

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
JORNALISMO**

ABEL VICTOR TEODOSIO SERAFIM

**CHÃO PROVISÓRIO: UM AUDIODOCUMENTÁRIO SOBRE UM
CONFLITO DE TERRA EM SÃO CRISTÓVÃO**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

SÃO CRISTÓVÃO

2021

ABEL VICTOR TEODOSIO SERAFIM

**CHÃO PROVISÓRIO: UM AUDIODOCUMENTÁRIO SOBRE UM
CONFLITO DE TERRA EM SÃO CRISTÓVÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para a obtenção do título de
Bacharel em Jornalismo pela Universidade
Federal de Sergipe.

Orientadora: Profa. Dra. Greice Schneider
Co-orientador: Paulo Oliveira da Silva

SÃO CRISTÓVÃO

2021

ABEL VICTOR TEODOSIO SERAFIM

CHÃO PROVISÓRIO: UM AUDIODOCUMENTÁRIO SOBRE UM CONFLITO DE
TERRA EM SÃO CRISTÓVÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Jornalismo pela Universidade
Federal de Sergipe.

Aprovado em 27 de julho de 2021.

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Greice Schneider – Universidade Federal de Sergipe

Prof. Vitor Curvelo Fontes Belém – Universidade Federal de Sergipe

Ma. Angelina Nunes – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo

A todos que se dedicam, com afinco, ao jornalismo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelas bênçãos e regozijos alcançados ao longo desta graduação, por ser guarda e providência e por manter a vontade de continuar diante dos problemas da vida.

Aos meus pais, Abel e Cimaria, pelo empenho constante, as lições e as discordâncias. Levo os valores a mim transmitidos como guias para seguir a vida na defesa da paz, do amor e da tolerância. A minha irmã Aline, por acreditar nos meus projetos e por ser exemplo de destemor e confiança.

Em nome da minha tia Rosilda e da sua esposa Fátima, que me acolheram em sua casa e, sem esse apoio, eu não teria cursado jornalismo, estendo o mais terno agradecimento aos meus avós, tios e primos. Vocês são fundamentais.

A minha orientadora, Greice Schneider, por me levantar quando o amanhã se desenhava turvo. Com delicadeza e afeto, você me ensinou a curtir o processo para tirar dele aprendizados – o autoconhecimento.

Ao meu co-orientador, Paulo Oliveira, por instigar o melhor de mim quando a insegurança aparecia ou qualquer outro problema poderia atrapalhar o desenrolar do projeto. Você me fez entender que o profissional precisa ter autoconsciência e, sobretudo, paixão.

Às fontes que colaboraram com entrevistas e acesso a documentos. A Léo, pela atenção e cuidado no processo de edição. A Vitor Belém e à Angelina Nunes, por reservar tempo para avaliar este trabalho. A Rafael Amorim, por apresentar, com poesia e alma, o jornalismo sensível como uma possibilidade. Aos meus professores de jornalismo, por todo o esforço para ensinar pilares do exercício profissional.

Aos meus amigos, pela lealdade, incentivo, cumplicidade e afeto. Ao Coletivo Perspectiva em Foco, por ser sinal de esperança e semente do amanhã. À Rádio UFS, pelo apoio e oportunidade. A todos que encontrei nas estradas da vida, o meu muito obrigado. Guardo cada um comigo. É a forma que acredito que eu consigo retribuir a generosidade dessa imensa constelação de afetos e pulsões.

“Quem me dera ao menos uma vez explicar o que ninguém consegue entender que o que aconteceu ainda está por vir. E o futuro não é mais como era antigamente.”

(Renato Russo)

RESUMO

Este trabalho prático retrata um conflito de terra com mais de duas décadas no município sergipano de São Cristóvão, mais especificamente no povoado Cabrita. O formato escolhido foi o audiodocumentário, e a estrutura narrativa tem como fio condutor a vida de uma ocupante. O ponto de partida é a reintegração de posse em 2014, quando mais de 70 famílias foram despejadas da área, que, segundo sustentação do MPF, pertence ao Estado de Sergipe. A questão ainda segue na Justiça e, enquanto isso, os moradores que voltaram a reocupar a área em 2017 ainda esperam uma resolução do caso. Para contar a sucessão de fatos, foram adotados os seguintes métodos de apuração: análise de documentos acadêmico, jornalístico e judicial, entrevista com os envolvidos no conflito e observação para composição de cenas e escolha de trilhas.

Palavras-Chave: Conflito. Audiodocumentário. Terra. Povoado Cabrita. Reintegração de posse.

ABSTRACT

This practical work portrays a land conflict dating back more than two decades in the municipality of São Cristóvão, more specifically in the village of Cabrita. The chosen format was the audio-documentary, and the narrative structure has the life of a squatter as the main thread. The starting point is the repossession in 2014, when more than 70 families were evicted from the area, which, according to the MPF, belongs to the State of Sergipe. The issue is still before the courts and, meanwhile, the residents who returned to reoccupy the area in 2017 are still waiting for a resolution of the case. To tell the succession of facts, the following methods of investigation were adopted: academic, journalistic, and judicial documents, interviews with those involved in the conflict, and observation to compose scenes and choose trails.

Keywords: Conflict. Audio documentary. Land. Povoado Cabrita. Reintegration of possession.

’

Lista de Tabelas

Tabela 1: Quadro de entrevistados..... 24

Lista de Figuras

Figura 1: Sumário do processo em trâmite na Justiça Federal	27
Figura 2: Cisnes de pneu na entrada da casa de Jielza.....	29
Figura 3: Anotação no caderno de Jielza	30
Figura 4: Casa de Jielza.....	30
Figura 5: Foto da jaqueira/ Vistoria do MPF (2016)	34
Figura 6: Mulher desesperada após queda da jaqueira	34
Figura 7: Jielza e a jaqueira	34

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	18
3 METODOLOGIA E DESCRIÇÃO DO PROCESSO	22
4 CONCLUSÕES	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39
ANEXO A – ÚLTIMA VERSÃO DO ROTEIRO	42

1 INTRODUÇÃO

Chão Provisório é um audiodocumentário - um formato de podcast - que retrata, a partir da história da ocupante Jielza Correia, um conflito de terra que já dura mais de duas décadas no povoado Cabrita, em São Cristóvão.

O caso retratado no material sonoro é de uma luta que se trava na Justiça desde 1997, quando pessoas começaram a reivindicar uma área de terras em São Cristóvão. Ao menos, cinco processos relacionados ao assunto foram protocolados na Justiça Estadual, segundo consta de Ação Civil Pública do Ministério Público Federal em Sergipe (MPF-SE). Um dos fatos emblemáticos ocorreu em 2014, quando a Justiça decidiu pela reintegração de posse do terreno. As casas foram demolidas e mais de 70 famílias foram obrigadas a sair. A Defensoria Pública do Estado recorreu para revogar a decisão, mas não obteve sucesso.

Em 2017, três anos depois da reintegração, o Ministério Público Federal ajuizou uma Ação Civil Pública em defesa dos moradores da Cabrita. O órgão aproveitou o envolvimento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) com a causa para fixar interesse federal e deslocar o processo da Justiça Estadual para a Justiça Federal.

O MPF defende que as áreas em questão pertencem ao Estado de Sergipe e devem ser regularizadas em favor das famílias antigas. Segundo representação levada por parlamentares do estado ao órgão, uma série de violações contra os Direitos Humanos foi cometida contra os moradores, como destruição e danificação de plantações por um grupo de policiais militares encapuzados, juiz responsável do caso acusado de sacar arma e conduzir um grupo de ocupantes para delegacia e violência durante ação de despejo.

Além disso, vale salientar que muitos moradores, depois de cumprida a reintegração, montaram um acampamento às margens da rodovia João Bebe Água, como sinal de resistência. Eles também voltaram, um ano depois (2015), para a antiga área, o que gerou outra ordem de reintegração (Araujo, 2015). Depois do envolvimento do MPF, eles continuam no local, reocupado em abril de 2017, até o desfecho da situação.

Mesmo com a discussão sendo travada na Justiça Federal, os ataques à população continuam, como invasão e ameaças de fazendeiros aos moradores

e construção de cercas e derrubada de plantação. Após registros desses fatos, aconteceu um feito histórico para o caso: o juiz da 3ª Vara Federal, Edmilson Pimenta, concedeu reintegração de posse favorável às famílias da Cabrita em 2020. (MPF, 2020)

Diante da dimensão complexa e histórica do caso e dos direitos violados, tendo como consequência o aumento da vulnerabilidade social, verificado por diversos órgãos, como a Defensoria Pública de Sergipe, o Ministério Público Federal e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, este trabalho se propôs, por meio da linguagem sonora, a compreender como os fatos narrados repercutiram na vida de um ocupante nos aspectos emocionais, econômicos e sociais.

O audiodocumentário também procura dar visibilidade à luta travada pelos moradores da área e contribuir para o não esquecimento dos fatos. De modo indireto, visa discutir assuntos correlatos, como o direito à moradia e os efeitos da violação dele na sociedade, além de demonstrar a importância de uma agenda de cobertura de assuntos relacionados ao tema.

1.2 Como tudo começou

A pauta que acabou virando este trabalho surgiu no início de 2019. Em uma manhã, fui cobrir a programação da Semana da Visibilidade Trans, em uma das didáticas da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Na época, era estagiário da Rádio UFS e estava acompanhado de um colega bolsista que desempenhava a função de fotógrafo. Ao terminar as entrevistas e já de volta para a redação, o colega recebeu mensagem do coordenador de jornalismo para cobrir outro evento sobre direito à moradia sob a perspectiva de lideranças de movimentos sociais. Sem muitas informações sobre o evento, seguimos para uma sala da didática.

Ao chegar lá, entrevistei a professora organizadora e os líderes dos movimentos sociais. Uma das últimas entrevistadas foi dona Jielza. Enquanto a maioria abordava as dificuldades da luta de modo geral, ela foi além: aproveitou para contar a situação dela na ocupação conhecida como Resistência da Cabrita, que fica a 5 km do Campus de São Cristóvão. Ela me disse que as terras foram alvo de grilagem, que homens rondavam o terreno, que sofreram ataques, como a derrubada de bandeiras de movimentos sociais. Ela chorou. Eu me emocionei também. Vi que existia uma história ali e pedi o contato dela. Ela me convidou para fazer uma visita. Estava bastante aflita.

Ao voltar para a rádio, fiquei inquieto. De um lado, existia um Abel triste com o relato. Do outro, um Abel cheio de dúvidas. Pensei que a pauta deveria cair porque, em suma, achei o evento muito “partidário” e sem a presença de outro lado (voz discordante). Percebi que estava mais focado nas informações de Jielza que, realmente, careciam de maiores detalhamentos e, por isso, cheguei à conclusão de que a pauta deveria ser arquivada - o que aconteceu após sugestão ao meu chefe. Hoje, vejo que dava para fazer as duas coisas: fazer uma matéria factual sobre o evento e ir a fundo à história contada pela entrevistada. Acredito que pesou, na decisão, a visão preconceituosa sobre os movimentos sociais, considerados, muitas vezes, como fontes secundárias. Isso me fez repensar sobre a importância de entender a diversidade das fontes.

Depois disso, fui pesquisar sobre o assunto no Google. Encontrei uma série de reportagens. Lembro-me bem de ter lido a matéria do Ministério Público Federal sobre a Ação Civil Pública. Ali, conheci uma parte do conflito, as violações de Direitos Humanos e a possibilidade das áreas serem públicas. Chamou-me a atenção a fala do procurador da República Ramiro Rockenbach:

O caso da Cabrita é gravíssimo. As famílias foram e continuam sendo submetidas a situações tão alarmantes e violadoras de direitos humanos que o Brasil pode vir a ser responsabilizado internacionalmente. Uma nova solução precisa ser garantida o quanto antes e não vamos medir esforços para reverter o quadro atual na Justiça Federal. (MPF, 2017)

Também me cortaram o coração (perdão pela expressão piegas) os vídeos da reintegração: o desespero das famílias. Isso ficou encucado na minha cabeça. Queria entender como é perder uma casa e os efeitos de uma decisão judicial na vida de uma pessoa. Ainda, tentando emplacar uma pauta sobre o assunto naquele ano, propus reportagem ao Jornal Contexto, na disciplina de Jornalismo Integrado I. À época, preparei uma pauta. Os professores avaliaram que deveria ser adiada para outro momento por conta do tempo de produção e da complexidade temática, além da minha imaturidade para lidar com o assunto naquele momento.

Apesar da negativa, agendei entrevista com o procurador Ramiro Rockenbach para entender como estava a situação do processo e como o MPF passou a atuar no caso. Já existia, naquela época, o interesse de aproveitar o tema para o TCC. Saí da conversa com a expectativa de que haveria um longo trabalho pela frente. Lá, conheci também Amália Moraes, que era funcionária do gabinete do procurador e tinha feito um

TCC sobre o assunto. Enfim, o tempo foi passando, outros trabalhos foram surgindo. Mas a ideia ainda permanecia.

Já, em maio de 2021, comecei a trabalhar no assunto após o início das orientações com a professora Maíra. No início, a ideia era escrever um livro com vários perfis de personagens da ocupação. Nessa fase, a então orientadora me pediu para conversar com dona Jielza para sondar a viabilidade de realização do trabalho e com fontes especialistas para contextualizar o assunto. Foi o que fiz.

Entrei em contato com dona Jielza. Ela desconfiou do meu interesse pelo assunto, mas, após as primeiras explicações, ela se soltou mais. Falou sobre as condições precárias de habitação e da situação do processo. Disse que seria possível marcar entrevista. Continuei a conversar com ela em outros momentos pelo Whatsapp, quando tomei conhecimento da invasão à área em junho do ano passado.

Também conversei com os defensores públicos Alfredo Nikolaus, cujo contato consegui com a Assessoria de Imprensa, e Gustavo Dantas, que obtive contato pelo Direct do Instagram após dois pedidos. Um acompanhou a reintegração em 2014 e o outro, passou a acompanhar o caso a partir de 2015. Abordei, nas entrevistas, aspectos técnicos e sociais relacionados à demanda, como os fatores que determinaram a reintegração e a situação socioeconômica dos ocupantes. Nesse período, tinha em mãos o processo de 2008 que culminou com a reintegração de posse de 2014, ação civil pública e inquéritos do MPF e relatório social da Defensoria Pública de Sergipe.

Depois dessa primeira etapa, por problemas emocionais, o trabalho foi paralisado por um tempo. Com o avanço da pandemia, pensei até em desistir do material, mas sempre vinha algo que demovia a ideia: o interesse público da história. Vinha na cabeça que aquelas pessoas estão há anos esperando e que o meu trabalho poderia ser uma forma de não deixar, modéstia parte, a história esquecida. Diante da crise sanitária, já com nova orientadora, Greice Schneider, e co-orientação do jornalista Paulo Oliveira, tracei outro plano: produzir um audiodocumentário.

1.3 Por que falar sobre o assunto?

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) mostram que a desigualdade fundiária no Brasil cresceu. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, o índice de Gini - que mede a concentração de terras - foi de 0,867, maior do que

o registrado em 2006 (0,854) e 1995/1996 (0,857). Segundo a metodologia do indicador, quanto mais o número se aproxima de 1, maior é a concentração fundiária.

A pesquisa ainda apontou que as propriedades com mais de 2.500 hectares correspondiam a 0,3% dos estabelecimentos agropecuários e 32,8% das áreas, “enquanto os estabelecimentos com menos de 50 hectares representavam 81,4% da quantidade total, mas ocupavam apenas 12,8% da área”.

Segundo a Constituição Federal de 1988, a propriedade deve cumprir a sua função social, ou seja, o direito à propriedade não é absoluto. Segundo as normas internacionais, cujo Brasil é signatário, a remoção forçada deve sempre ser aplicada em última instância e, nesse caso, deve ser oferecida à população despejada instrumentos de compensação. Recentemente, o debate sobre reintegrações de posse ressurgiu diante da pandemia da covid-19. Nesse sentido, observa-se a importância de discutir os conflitos fundiários diante dos dados apresentados.

Foi levado em consideração quanto à escolha do tema deste trabalho o compromisso do jornalista com os Direitos Humanos, um dos pontos do *Código de Ética*, que prega ao profissional a oposição “ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos”. Nesse sentido, o material tem o objetivo de cumprir com a missão de não deixar perder de vista os problemas com potenciais de comprometer o desenvolvimento social. É dever do jornalista, como já diz o código de conduta da profissão, calibrar o olhar para as ruas, onde a vida acontece. E as pautas surgem, contando o passado e apontando o futuro. Portanto, a pauta apresentada para este trabalho sobre direito à moradia, vulnerabilidade social e violação de Direitos Humanos está consoante às condutas esperadas da cultura profissional.

No livro “*Holocausto Brasileiro*” (2019, pág.13), da Daniela Arbex, Eliane Brum escreve: “O repórter luta contra o esquecimento. Transforma em palavra o que era silêncio. Faz memória”. Essa frase consegue resumir o espírito de construção deste trabalho: que a memória da população não seja esquecida com o passar dos anos e que o caso vire apenas um caso, mas sim sirva de exemplo para reflexão contínua sobre os problemas de moradia que a tantos brasileiros atingem.

Além disso, este material também é uma oportunidade para entender como o Judiciário lida com a questão e ampliar o olhar acerca das pautas ligadas aos Direitos Humanos, duas áreas de atuação que pretendo me especializar. Assim, pode ser que o TCC inspire o desenvolvimento de outros projetos voltados para a cobertura de temas

que envolvam a Justiça no estado. Também é uma chance para se aprofundar na produção de podcast narrativo e jornalístico. Diante do exposto, o trabalho é essencial por contar histórias de um assunto muito atual: a luta pela terra. Em 2020, a Comissão Pastoral da Terra somou 1.576 conflitos agrários no Brasil, o maior número desde 1985. (CPT, 2021)

1.4 Formato sonoro

A escolha pelo formato podcast veio não só pela experiência na Rádio UFS FM enquanto bolsista e funcionário, mas também como ouvinte de formatos inovadores nas plataformas de *streaming*. Lembro que o primeiro podcast que ouvi foi o Projeto Humanos. A narrativa combinada a um tratamento cuidadoso de áudio me chamou bastante a atenção. Além disso, foi considerado o potencial desse veículo para disseminação de conteúdo na internet.

Vejamos:

Ouvir o programa de interesse na hora que quiser e de diferentes plataformas é uma das facilidades e finalidades dos podcasts, uma reinvenção tecnológica de um dos mais tradicionais veículos da comunicação: o rádio. O segmento caiu no gosto popular e já movimentou cifras significativas no mundo inteiro. A empresa de consultoria Deloitte estimou que o mercado de podcasts recebeu um investimento de mais de um bilhão e cem milhões de dólares, um aumento de 30% em relação a 2019, superior ao da mídia tradicional, de 4%. No país, o Ibope atestou a procura pela nova linguagem sonora: cerca de 50 milhões de brasileiros já ouviram podcasts. Vários veículos jornalísticos também lançaram os seus ao longo dos anos, a exemplo, Globo e Folha de S. Paulo.

A palavra podcast é uma junção dos vocábulos “Ipod”, referência à ferramenta da Apple de reprodução de áudio, e broadcast, que significa transmissão. O termo surgiu, em 2004, com a criação de um agregador de mídia chamado “iPodder”, que possibilitava baixar transmissões online. Além disso, podcast é um programa sonoro, que pode ser acessado via download ou serviço de streaming, sobre diversos assuntos, como esporte, política e cultura. (Loubak, 2019)

Com a convergência tecnológica e amplitude da cultura participativa, hoje, o rádio não mais se restringe às ondas sonoras: tem presença e interatividade em multiplataformas. As audiências, em decorrência dos processos mencionados, também estão mais espalhadas e não se encontram apenas no espaço físico por conta da

intensidade de mediação dos inúmeros dispositivos conectados à internet. A popularização no acesso de tecnologias digitais, como *smartphones*, “gerou condições para a consolidação do que Lopez (2010) denomina “rádio hipermediático”, que embora transite por diversos suportes, formatos e linguagens, mantém sua estrutura fundamental na matéria sonora” (SILVA E OLIVEIRA, 2020, pág.184).

Esse cenário propiciou o crescimento dos podcastings, como “um processo para elaboração de programas de áudio sob demanda que podem ser baixados para escuta a qualquer momento e em qualquer lugar – sem a limitação do alcance das ondas”, e abriu possibilidades para modelos radiofônicos “mais dinâmicos, abertos às produções independentes, autorais e constituídas por procedimentos que se opõem à estrutura aplicada às transmissões ao vivo” (SILVA E OLIVEIRA, 2020, pág.184).

O movimento dos podcasts, inserido em uma estrutura de fácil distribuição e acesso por meio de plataformas digitais, mudou a forma de consumir e de produzir mídia sonora. Ele recupera elementos potenciais da linguagem radiofônica, como as capacidades “expressiva, sensorial e artística”, retomando o protagonismo dos seus diversos gêneros e formatos, que ficaram à margem nas programações dos veículos brasileiros que priorizaram a instantaneidade e o imediatismo. (SILVA E OLIVEIRA, 2020, pág.186)

O contexto em comento também possibilitou o fortalecimento de conteúdos de caráter social sobre grupos cujas expressões são limitadas nas mídias hegemônicas, que já vinham sendo realizados por rádios públicas, porém, na internet, encontraram novas linguagens de disseminação mais sofisticadas e inovadoras, buscando atender um público jovem. Nesse sentido, o conteúdo passa a ter um papel fundamental para engajamento em diversos assuntos pouco explorados, num sentido de empoderamento, uma vez que “hoje os sujeitos têm o poder de contar e de ouvir suas próprias histórias que podem partir de diferentes ângulos e lugares” (SILVA E OLIVEIRA, 2020, pág.187).

Há quatro momentos ligados ao termo podcast, associados a uma ideia de “rádio futurista”, em que a acessibilidade a ferramentas digitais vai exigir apenas os conhecimentos básicos de captação e distribuição do material e integração com programas de *streaming*:

1. Podcast como tecnologia de distribuição - o termo podcasting surge como uma maneira inovadora para upload e download de áudio desenvolvida pela empresa Apple no início dos anos 2000;

2. Peças sonoras de podcast - programas unitários ou divididos em capítulos que, embora foquem na qualidade do som, não são pensados para serem consumidos semanalmente. São influenciados por reminiscências do rádio hertziano. Exemplo: qualquer tipo de programa –jornalísticos, musicais, artísticos, ficcionais, etc.;
3. Revista podcast - programas semanais normalmente baseados em transmissões ao vivo (semelhante ao rádio hertziano) e ações de rádio independente com estrutura narrativa e de produção simples. Exemplo: revistas temáticas;
4. Podcast storytelling (narrativas seriais) - programas com episódios divididos em série ou com temporadas contínuas que apresentam roteiro bem detalhado, no qual é essencial o trabalho elaborado com os sistemas expressivos da linguagem radiofônica, portanto, possuem grande preocupação artística e estética. Exemplo: radiodrama, audiodocumentário, séries, etc.). (OLIVEIRA e SILVA, 2020)

Nesse ponto, vale frisar que *Chão Provisório* foi produzido para ser um episódio único, logo, se encaixa, dentre as características descritas acima, como uma peça sonora de podcast, embora apresente características de narrativas seriais no sentido da preocupação com detalhes narrativos e sistemas da linguagem radiofônica, como os efeitos e trilhas sonoras. Adotou-se o nome audiodocumentário por questões técnicas, mais precisamente, por ter apenas um episódio. Como explicitado no texto, o conteúdo sonoro não mais precisa da veiculação por ondas, portanto, pode ser reproduzido nos mais diversos dispositivos.

Também foi escolhida a linguagem sonora por dispensar o letramento e facilitar o acesso e disseminação do conteúdo, principalmente, para os ocupantes da Resistência da Cabrita. Diante do potencial de escala, o material, de certa forma, pode impulsionar a discussão temática. As plataformas pensadas para hospedar o conteúdo são: Spotify, por ser um aplicativo consolidado, e o YouTube, por ser de fácil acesso e presente na maioria dos dispositivos móveis. Já o público-alvo são jovens e adultos e demais interessados na área temática abordada, como movimentos sociais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta parte reúne fundamentação teórica sobre histórico da estrutura fundiária e direito à moradia. Embora o audiodocumentário não os aborde de modo direto, eles estão por trás da discussão do tema do trabalho.

2.1 Estrutura fundiária brasileira

O Brasil tem várias desigualdades. Dentre elas, a fundiária. Uma das causas apontadas para o problema, que ainda persiste, é o processo de formação da propriedade privada no país no contexto do processo de colonização e dos seus códigos que inviabilizaram uma distribuição equitativa das terras (FILHO E FONTES, 2009).

Com a chegada dos portugueses por volta de 1500, as terras passaram a ser de domínio da Coroa Portuguesa, e o país perdeu autonomia. O ponto marcador do início da formação da propriedade também se dá nesse período com o desenvolvimento de capitâneas hereditárias e as concessões das sesmarias. Em decorrência do sistema de transferência do público para o privado, o sistema de sesmarias, que funcionou entre 1530 e 1850, foi caracterizado pela concessão de grandes áreas de terras “aos pleiteadores de propriedades no novo território de colonização português” (FILHO E FONTES, 2009, pág.65).

A terra, inicialmente, esteve sob domínio português por "direito de conquista" e, depois, passou para domínio do império e da República. Ao longo da história, a transferência de terras públicas para iniciativa privada foi construída através de diversas formas de negociação e modelos, como as Sesmarias, comercialização, trocas e legitimação de posses. Segundo Filho e Fontes (2009, pág.65), “através dessa perspectiva, segue a regra de que toda propriedade particular sem título legal é pública ou devoluta”.

A colonização de exploração foi um dos fatores para o início da formação da propriedade privada no Brasil. Baseado no sistema de monocultura da cana-de-açúcar, “uma combinação entre monocultivos, latifúndios (grandes extensões de terras) e mercado exportador” (FILHO E FONTES, 2009, pág.65). Tudo isso calhou com os interesses dos portugueses de se espalhar e ocupar o território brasileiro. Quando era concedida uma porção de terras a um donatário, ele tinha o direito da posse, ou seja, de desfrutá-la, porém elas permaneciam sob o comando da Coroa, que não registrava a emissão de propriedade. O donatário poderia passar a Sesmarias a benfeitores, que poderiam trabalhar com as terras repassadas. O objetivo desse sistema era forçar a ocupação do território e a exploração das terras sob pena de perda da posse por desobediência à Coroa.

O regime sesmarial foi extinto em 1822. Com o fim, introduz-se um novo capítulo na história da propriedade privada. Até 1850, a única forma de se adquirir terras era por meio da posse, como consequência, houve aumento paulatino de “posseiros, de grandes propriedades e também marca a formação das oligarquias rurais no Brasil” (FILHO E FONTES, 2009, pág.66). Após esse período, a lei nº 601 Euzébio de Queiroz, conhecida como Lei da Terra, definiu a delimitação e as formas para concessão de novas terras, porém, ela também previa a legitimação de sesmarias ainda existentes, posses ocorridas entre 1822 e 1850 e a demarcação de terras devolutas. A lei surgiu também como intuito de estimular a vinda dos imigrantes para o Brasil diante de um início de transição do trabalho escravo para o livre.

O que se pode concluir diante da Lei de Terras é que essa foi uma espécie de divisor de águas em relação à territorialização do Brasil, tanto na legitimação da propriedade privada e do latifúndio como na demarcação de terras devolutas no país. Desse modo, toda e qualquer propriedade no Brasil deve ter como marco inicial a regulamentação da propriedade expedida em 1850 ou comprada da Coroa portuguesa, caso contrário é terra devoluta, ou seja, passível de desapropriação (FILHO E FONTES, 2009, pág.66).

Entre 1889 e 1964, observa-se que não houve prioridade nas discussões acerca da questão fundiária no país. Segundo Filho e Fontes (2009), o Brasil assistiu ao crescimento de movimentos populares que reivindicavam a reestruturação fundiária. Diante desse clamor popular, João Goulart sugeriu, à época, implementar reformas de base, como a reforma agrária, porém, ele foi deposto do cargo meses depois, no ano de 1964, pela ditadura militar. Naquele ano também, foi instituída uma lei que tratou sobre reforma agrária, conhecida como Estatuto da Terra, esta introduziu novos conceitos, como condições para desapropriação da terra, a exemplo, a função social. Mesmo assim, os registros mostram que a lei não foi aplicada no país, e o assunto tangenciado, mesmo com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

2.2 .Direito à moradia:

A moradia adequada é um dos direitos garantidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Segundo o texto:

“Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação,

cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle” (UNICEF, 2020).

A Constituição Brasileira também garante o direito ao afirmar que:

“Art.6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

O Comentário nº 4 do Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais também apresenta a moradia adequada para além da dimensão da casa:

Segurança da posse: a moradia não é adequada se os seus ocupantes não têm um grau de segurança de posse que garanta a proteção legal contra despejos forçados, perseguição e outras ameaças.

Disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura: a moradia não é adequada, se os seus ocupantes não têm água potável, saneamento básico, energia para cozinhar, aquecimento, iluminação, armazenamento de alimentos ou coleta de lixo.

Economicidade: a moradia não é adequada, se o seu custo ameaça ou compromete o exercício de outros direitos humanos dos ocupantes.

Habitabilidade: a moradia não é adequada se não garantir a segurança física e estrutural proporcionando um espaço adequado, bem como proteção contra o frio, umidade, calor, chuva, vento, outras ameaças à saúde.

Acessibilidade: a moradia não é adequada se as necessidades específicas dos grupos desfavorecidos e marginalizados não são levados em conta.

Localização: a moradia não é adequada se for isolada de oportunidades de emprego, serviços de saúde, escolas, creches e outras instalações sociais ou, se localizados em áreas poluídas ou perigosas.

Adequação cultural: a moradia não é adequada se não respeitar e levar em conta a expressão da identidade cultural (UNITED NATIONS, 1991 apud SDH, 2013, pág.13).

O Comitê também propõe pensar a moradia adequada de forma ampla e como direito de viver de forma digna, com paz e segurança. Também são citados pela ONU três elementos para entender o direito à moradia adequada, como liberdades, garantias e proteções. No campo das liberdades, é assentada a garantia da liberdade de interferências no lar e “o direito de escolher a própria residência, de determinar onde viver e de ter liberdade de movimento” e da proteção contra a remoção forçada, destruição arbitrária e a demolição da casa. Entre as garantias, estão: “segurança da posse e restituição da moradia, da terra e da propriedade”. A proteção

contra as remoções forçadas é um “elemento-chave do direito à habitação adequada e está intimamente ligada à segurança da posse” (SDH, 2013, pág.14).

As remoções forçadas, definidas pelas Nações Unidas, como a retirada de pessoas de uma área de forma permanente ou provisória contra a vontade do indivíduo, “sem a provisão e o acesso a formas adequadas de proteção jurídica ou outra”, ocorrem por vários motivos, como criar espaços para construção de obras públicas ou resolução de conflitos agrários ou armados. Elas ainda tendem a causar prejuízos para os mais pobres pelas violações de direitos que sofrem, dificultando a resolução do problema que as pessoas removidas procuram solucionar (SDH, 2013, pág.15).

Segundo a Secretaria de Direitos Humanos (2013), as remoções podem significar uma grave violação aos Direitos Humanos, independente das causas. Elas só devem ser justificadas e aplicadas em casos excepcionais, segundo os princípios do direito internacional e da legislação brasileira. No caso do despejo, o Estado deve garantir que a remoção “seja realizada de forma legal, razoável e proporcional” e que “recursos legais eficazes e remédios jurídicos devem estar disponíveis para aqueles que estão sendo removidos”, como compensações por cada casa ou pessoas afetadas. Além disso, é preciso salientar que nenhuma remoção deve desalojar as pessoas ou as tornar ainda mais vulneráveis. Por isso, devem ser realizadas consultas aos interessados e notificação dentro de prazo razoável (SDH, 2013, pág.15).

Atualmente, existem diferentes tratados internacionais sobre o tema, como Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, Pacto Internacional de Direitos Econômicos Sociais e Culturais, Comentário Geral N° 4 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, Comentário Geral N° 7 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e Princípios das Nações Unidas para moradia e restituição de posses para refugiados e pessoas deslocadas (FAU).

3 METODOLOGIA E DESCRIÇÃO DO PROCESSO

Para produção do material, utilizei os métodos de coleta de dados, como observação, entrevistas e documentos judiciais e acadêmicos. Essas técnicas foram fundamentais para compreensão, sistematização e processamento das informações

pertinentes ao caso da Cabrita para elaboração de roteiro de entrevista e do podcast/audiocumentário.

Brevemente, vou discorrer os conceitos dos métodos citados:

A técnica da observação consiste no registro de informações descobertas ao longo do estudo. A observação pode ser simples e participante. Já a de documentos empreende a pesquisa por documentação, como jornais, acervos e registros estatísticos. A entrevista é um instrumento para coleta de questões específicas (SHITSUKA et al, 2018, págs.42 - 43).

Diante da complexidade para entender o conflito, procurei, antes de adentrar nos documentos técnicos, compreender o funcionamento e conceitos da área judicial por meio de manuais explicativos para profissionais da comunicação: Manual de Redação da Folha de São Paulo (2021), A Defensoria e o Sistema de Justiça - Manual para Jornalistas, uma iniciativa da Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADep) e Associação dos Defensores Públicos do Estado do Ceará (ADPEC), e Cartilha do Poder Judiciário (2018), elaborada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Ter acesso a esses guias me ajudou a entender os termos técnicos ou a finalidade dos documentos ligados aos processos judiciais relacionados ao caso. Para consulta e apuração de informações, foram analisados documentos dos processos de número único 200883000562, que tramitou na 1º Vara Cível da Comarca de São Cristóvão e culminou na reintegração de 2014, e 0803337-03.2017.4.05.8500, que tramita na 3º Vara da Justiça Federal em Sergipe após ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF) em 2017. O primeiro está arquivado e o segundo segue em discussão. Em suma, o processo da Justiça Federal vai decidir se a área ocupada no povoado Cabrita, em São Cristóvão, é pública e se deve ser destinada para a reforma agrária.

Além disso, foram avaliados também um estudo social da Defensoria Pública de Sergipe de 2015, a ação civil pública do Ministério Público Federal e representação de parlamentares levada ao MPF para investigação de possíveis violações de Direitos Humanos no caso da Cabrita. Somado a isso, encontramos referências ao assunto nas seguintes pesquisas acadêmicas: “A luta por habitação popular: a especialização do Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU)”, dissertação de Jorge Edson Santos (2017), Propriedade e moradia em conflito no Povoado Cabrita: uma análise sobre o processo de reintegração de posse”, monografia de Amália Borges de Moraes (2017), e “Tudo é mística - um ensaio etnográfico sobre a Ocupação Resistência

da Cabrita”, de Marcos Andrade Rocha. Nesse processo, outra fonte documental foram os conteúdos jornalísticos disponíveis nos portais G1/ SE, Infonet, F5 News e nos canais oficiais do MPF/ SE, da Polícia Militar e da Defensoria Pública de Sergipe, além da rede social Instagram.

Além dos documentos analisados, a entrevista foi um dos pontos fortes para a elaboração do material sonoro. O que deve nortear a entrevista é a empatia para desenvolvimento do diálogo possível defendido por Cremilda Medina, no livro “Entrevista - O diálogo possível”, de 1986. Ou seja, capaz de revelar os pormenores que uma conversa meramente e fixamente roteirizada não consegue apresentar.

Desenvolver a técnica da entrevista nas suas virtudes dialógicas não significa uma atitude idealista. No cotidiano do homem contemporâneo, há espaço para o diálogo possível. Estão aí experiências ou exceções à regra que provam o grau de concretização da entrevista na comunicação coletiva. Sua maior ou menor comunicação está diretamente relacionada com a humanização do contato interativo: quando em um desses raros momentos, ambos - entrevistado e entrevistador - saem “alterados” do encontro, a técnica foi ultrapassada pela “intimidade” entre o EU e o TU. Tanto um como o outro se modificaram, alguma coisa aconteceu que os perturbou, fez-se luz em certo conceito ou comportamento, elucidou-se determinada autocompreensão ou compreensão do mundo. Ou seja, realizou o Diálogo Possível.” (Medina, 1986, pág.7)

Medina (1986) afirma que, sinteticamente, há duas classificações de entrevista: uma com objetivo de tornar a vida do ser humano um espetáculo e a outra busca entender o mundo do entrevistado. Com base nos tipos de entrevista enumerados por Edgar Morin citados no livro da autora, o trabalho focou na entrevista-diálogo, em que “o entrevistado e o entrevistador colaboram no sentido de trazer à tona uma verdade que pode dizer respeito à pessoa do entrevistado ou a um problema”, e as neoconfissões, ou seja, a entrevista de profundidade, em que “a figura do entrevistador se apaga diante do entrevistado”. (MEDINA, 1986, págs.14-15)

Foram entrevistadas para este trabalho dez pessoas, sendo uma personagem e demais fontes especialistas, como procuradores, defensores, coordenador de movimento social e técnica de judiciário. Elas foram essenciais para obter novas informações e compreender o assunto. Segue quadro abaixo com lista dos entrevistados:

Tabela 1: Quadro de entrevistados

Nome/ Função	Assunto	Meio
--------------	---------	------

Jielza Correia - Aposentada - Ocupante da Cabrita	As vivências na ocupação	Presencial/ Telefone/ Whatsapp
Gustavo Dantas - Defensor Público de Sergipe	Atuação e acompanhamento da Defensoria no caso	Zoom (Virtual)
Martha Figueiredo - Procuradora da República/ MPF/SE	A situação do processo na Justiça Federal em Sergipe	Zoom (Virtual)
Ramiro Rockenbach - Procurador da República/ MPF-SE	O início do acompanhamento do MPF	Zoom (Virtual)
Dalva Angélica da Graça - Coordenadora do Movimento dos Trabalhadores Urbanos (Motu)	Organização política do acampamento	Zoom (Virtual)
Maria Soares – Ocupante	As origens de Jielza na comunidade	Presencial
Alfredo Nikolaus - Defensor Público de Sergipe	Reintegração de posse em 2014 e atuação do órgão à época	Telefone
Amália Moraes - Analista de Judiciário do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE)	TCC sobre conflito fundiário na Cabrita	Telefone
Thiago Fragata – Historiador	As origens da área em disputa no povoado Cabrita	Telefone
Marcos Rocha - PM/SE	Estudo antropológico da área	Telefone

Fonte: Elaborada pelo próprio autor (2021)

Segundo Pinto (2008), uma boa reportagem depende de cinco fatores: pesquisa, observação, entrevista, documentação e checagem. Esses são instrumentos que afastam o repórter de se limitar a reproduzir falas das fontes.

Segundo Lima (1995), citado por Noronha (2017, pág.57), a reportagem surgiu a partir da necessidade de ampliar fatos e relatos simples para atingir dimensão contextual. Esse gênero ganhou estrutura em 1920, muito ligada a revistas semanais e de uma nova prática: o jornalismo interpretativo, que não só busca apresentar o histórico dos fatos, mas também entender as suas consequências.

Sob essa perspectiva, a produção da reportagem traz como elementos de acordo com Lima (1995): o contexto do fato, para dar uma visão ampla do

acontecimento; os antecedentes, para resgatar as origens da questão; suporte especializado, com entrevistas com especialistas ou testemunhas, por exemplo; projeção, buscando inferir as consequências possíveis e alcance no futuro; e o perfil, que seria a humanização da reportagem. Dessa forma, a reportagem garante, diferente da notícia, uma “abordagem multiangular, para uma compreensão da realidade que ultrapassa o enfoque linear, ganhando contornos sistêmicos no esforço de estabelecer relações entre as causas e consequências de um problema” (LIMA, 1995, p. 26) (NORONHA, 2017, pág.58).

Essa compreensão é fundamental para entender os passos da apuração para a construção do audiodocumentário, cujo foco é apresentar, para além dos fatos narrados nas coberturas factuais, o que aconteceu e ainda ocorre decorrente de uma sucessão de episódios conflituosos.

Comecei o processo de apuração, de modo mais direto, no início de maio deste ano. No primeiro momento, fiz a leitura dos documentos apurados e mencionados neste capítulo e selecionei reportagens nos formatos digital e audiovisual para reconstituição dos fatos. Depois disso, percebi que faltava um documento fundamental: a cópia integral do processo que tramita na Justiça Federal em Sergipe.

Como o MPF é uma das partes do processo, entrei em contato com a assessoria de comunicação do órgão para solicitar a documentação no dia 24 de maio. Fui informado que o modo mais rápido para atendimento da demanda seria por meio de uma solicitação protocolada no canal eletrônico. Nesse período, encaminhei e-mail para a 3ª Vara Federal com o mesmo pedido na tentativa de acelerar a obtenção do processo. Dois dias depois, recebi uma ligação de um servidor do Ministério Público Federal com a informação de que o juiz do caso submeteu o meu pedido de acesso às partes do processo e deu um prazo de 15 dias para manifestação. Com isso, o MPF disse que, como enviei pedido à Justiça Federal, que aguardasse a decisão e que se manifestaria em favor da minha demanda.

Diante do prazo e da burocracia, me lembrei de curso ministrado pelo jornalista Filipe Coutinho. Em um dos encontros, ele comentou sobre ferramentas para ter acesso rápido a processos, sem enfrentar a burocracia: os correspondentes jurídicos, que são advogados que prestam serviço online. Nesse sentido, entrei em contato, a partir de pesquisa no site especializado Migalhas, com uma advogada que cobrou R\$ 80 para baixar e enviar o processo de mais de quatro mil páginas. Isso se resolveu em menos de duas horas de 27 de maio.

O documento é importante por trazer informações complementares às que eu já tinha em mãos, como o estágio do processo, o posicionamento do MPF em relação ao

caso, os ataques, inclusive, noticiados pelo MPF que a comunidade vinha sofrendo, como também um histórico dos acontecimentos após o ano de 2017, quando começou o processo.

Figura 1: Sumário do processo em trâmite na Justiça Federal

Documentos			
Id.	Data/Hora	Documento	Tipo
4058500.4794373	27/05/2021 10:15	PETIÇÃO	Manifestação
4058500.4794374	27/05/2021 10:15	resenha process	Documento de Comprovação
4058500.4794117	27/05/2021 09:21	manifestação	Manifestação
4058500.4793085	26/05/2021 17:24	INCRA - manifestação	Manifestação
4058500.4792454	26/05/2021 15:09	União	Cota
4058500.4791846	26/05/2021 12:41	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058500.4789409	25/05/2021 17:36	Intimação	Expediente
4058500.4788562	25/05/2021 13:39	Juntada	Certidão
4058500.4788563	25/05/2021 13:39	Petição Terceiro	Documento de Comprovação
4058500.4788558	25/05/2021 13:38	Juntada	Certidão

Fonte: Reprodução/ Captura de tela (2021)

Segundo Hickmann (2017), a apuração precisa de documentos que possam acrescentar novas peças ao quebra-cabeça ou confirmar as informações. Ainda, de acordo com Lopes (2003), citado por Hichkmann (2017, pág. 23), “a importância da fase documental está no fato de que é ela que dará credibilidade à matéria”. Trabalhar com documentos era uma forma de estar mais preparado para realização das entrevistas e mais um elemento de checagem, como datas e envolvidos, e de contextualização da narrativa.

Antes disso, visitei dona Jielza pela primeira vez, depois de conversas por telefone e aplicativos de mensagem, no dia 21 de maio. Esse momento foi reservado para apresentar os objetivos e o formato do conteúdo e uma forma de conhecer a personagem e o universo o qual está inserida. Para facilitar o diálogo, mostrei a minha carteira de estudante universitário para ela se certificar e se sentir segura quanto ao meu propósito. É relevante destacar que a transparência com as fontes é um dos requisitos para a produção jornalística.

Sobre isso, Hickmann (2017, pág. 27) faz a seguinte reflexão a partir do pensamento de Lage (2003): “O repórter precisa se fazer entender como interlocutor, não um subordinado e nem ao mesmo tempo só questionador e pesquisador – esta fase se cumpre no estabelecimento do modo como se dará a troca de informações e as relações de poder”.

Depois dessa primeira conversa, fiz uma pesquisa com o nome de Jielza no Google. E os resultados confirmavam as informações que ela tinha me passado na entrevista preliminar. Uma decisão do Tribunal de Contas do ano passado julgava como válida a aposentadoria por invalidez. Uma portaria e uma matéria do Governo do Estado mostram que ela foi servidora do estado. Ela disse também que um dos filhos morava no Luiz Alves, outra informação confirmada por meio do Diário Oficial do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE). Essa consulta foi importante para verificar que há lastro naquilo que Jielza me contava. Não era um conforto para deixar de fazer a minha parte de apurar, mas aumentava a minha confiança. E foi assim na maioria das vezes.

Após essa etapa, procurei as fontes especialistas ligadas ao assunto. Entrevistei Dalva Angélica, coordenadora do Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (Motu) no dia primeiro de junho. A gente conversou, durante 50 minutos, sobre o acompanhamento do movimento, a organização política, funcionamento do acampamento depois da reintegração de posse de 2014, características de Jielza e fatos relacionados. Para entrevistar Dalva, eu li a dissertação “A luta por habitação popular : a espacialização do Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU)”, que dedica uma parte para a Cabrita. Um outro ponto é que eu cheguei ao nome da Dalva pelos documentos que obtive em 2020 sobre a movimentação processual no MPF. Lá, encontrei ofícios enviados por ela ao Governo do Estado e ao Incra sobre a situação da Cabrita, além da presença dela em um evento simbólico da ocupação descrito no estudo “Tudo é mística - um ensaio etnográfico sobre a Ocupação Resistência da Cabrita”.

No mesmo dia da conversa com Dalva, entrevistei o defensor público estadual Gustavo Dantas. Ele já não mais acompanha o caso como parte, uma vez que tramita na Justiça Federal desde 2017, mas ainda tem relação de proximidade com a comunidade. Dantas é convidado quando há conflitos na região e reporta as informações para os órgãos competentes, como o MPF. A conversa com ele abordou as condições sociais das famílias após o despejo e, mais precisamente, em 2015, quando sofreram nova reintegração e voltaram à rodovia. Também conversamos sobre o direito à moradia, pactos internacionais sobre o assunto, função social da terra, a atuação da Justiça

Estadual no caso e especulação imobiliária. Tentei entrevistar o defensor Alfredo Nikolaus, porém, ele disse que não acompanhou o caso por muito tempo e recomendou conversar com Gustavo Dantas que atuou na causa por mais tempo: a partir de 2015.

A ideia era voltar a conversar com dona Jielza depois das entrevistas com os especialistas para compreensão da questão e que eu pudesse ter domínio mais técnico sobre o assunto. Mas não deu certo. Os procuradores do MPF pediram para adiar a data e, para não atrasar o trabalho, decidi adiantar a entrevista com Jielza, o que não provocou prejuízos. O entendimento do órgão com relação ao caso já estava expresso em mais de uma manifestação no processo.

A entrevista gravada durou quase três horas. Era uma sexta-feira, 04 de junho. A gente conversou sobre o início da vida dela na Cabrita, como o conflito trouxe consequências para a sua vida, a rotina no acampamento e a insegurança. Confirmei a versão que ela me apresentou sobre o convite que recebeu para morar na Cabrita com a mulher de Chico do Coco – Maria Soares. Descobri que ela tinha também vários cadernos com anotações das suas pesquisas e de datas importantes para compreender o conflito. Percebi que era um material importante para descrição. Fotografei, além dos cadernos, a casa dela e as plantações para facilitar a descrição. As informações de datas e de que Jielza e a filha tinham uma casa na ocupação se confirmaram também nas listas presentes no processo. Um relatório da Defensoria tem fotos da casa de Jielza e da filha antes de serem derrubadas. São elementos que tornam ainda mais críveis os depoimentos. Além disso, reportagem da TV Atalaia mostra depoimento de Jielza na rodovia João Bebe Água em 2014. Outra informação que se confirma, uma vez que ela disse que foi para lá depois da reintegração de 2014 com outros ocupantes. Com Marcos Rocha, da PM, conversei sobre aspectos operacionais das reintegrações de posse descritos pela posseira.

Figura 2: Cisnes de pneu na entrada da casa de Jielza



Fonte: Autor do trabalho (2021)

Na semana seguinte, entrevistei os procuradores Martha Figueiredo e Ramiro Rockenbach. A pauta da conversa girou em torno do acompanhamento do órgão com relação ao caso, como as violações de Direitos Humanos, o estágio do processo na Justiça Federal e os ataques às famílias da ocupação. Nesse processo, compreendi e confirmei as posições expressas pelo Ministério Público Federal nos documentos obtidos. A entrevista foi necessária porque a atuação do MPF deu uma reviravolta no caso. Arquivado na Justiça Estadual, um novo processo entrou em tramitação na Justiça Federal, o que pode culminar com a destinação da área para reforma agrária.

Também conversei, por telefone, com Thiago Fragata. O historiador fez parte do grupo do MPF em parceria com o Iphan para desenvolver um estudo sobre a área. Ele me disse que o grupo precisou ser encerrado por mudanças na estrutura da Procuradoria da República em Sergipe e que ele não mais voltou a participar por medo de retaliação de interessados na questão. Apesar disso, ele ainda conseguiu me informar que, historicamente, aquela área sempre despertou interesse pelo potencial aquífero.

É importante destacar que o profissional precisa entender as diferenças e particularidades de cada fonte para cumprir o objetivo de obter informações necessárias para contar a história. Nesse passo, vale destacar os conceitos para classificações das fontes:

A classificação das fontes segue a proposta de Schmitz (2011): categoria, grupo e crédito. Na 'categoria', as fontes dividem-se entre primárias e secundárias. São primárias aquelas fontes que estão diretamente envolvidas aos fatos, que fornecem a essência da reportagem. As fontes secundárias são aquelas que contextualizam e complementam as informações que foram apresentadas pelas fontes primárias (ROCHA e NORONHA, 2016, pág.184).

Segundo esta classificação, observa-se que uma fonte, escolhida como fio condutor da história – Jielza - foi uma fonte primária, e as demais - secundária.

Esse processo me lembra dos ensinamentos dos professores do curso sobre a necessidade de combinar relatos e documentos para fugir do declaratório. Uma das técnicas utilizadas foi confirmar versões com outras fontes.

3.1 Edição:

Encerradas as entrevistas e com dados dos processos e materiais jornalísticos, comecei a executar tarefas de edição, como formatar o roteiro, selecionar sonoras e

trilhas. Antes de adentrar nas descrições do processo dessa etapa, é relevante entender as especificidades do formato sonoro.

A primeira é que o audiodocumentário trabalha com formato híbrido – estético e semântico – ou seja, as técnicas jornalísticas devem ser combinadas com a arte sonora (SILVA e OLIVEIRA, 2020).

As características do jornalismo se manifestam na necessidade de que as temáticas ou problemáticas socioculturais sejam fundamentadas por um trabalho de pesquisa extenso e aprofundado, utilizando dados documentais, depoimentos reais e interpretação dos fatos para analisá-los ou reconstruí-los. Os documentos podem ser obtidos pela investigação de campo, depoimentos e entrevistas; obtidos mediante arquivos sonoros históricos ou produzidos por terceiros; e obtidos pela tradução e conversão de arquivos textuais ou visuais em sonoros (GODINEZ GALAY, 2014b). Procedimentos como entrevista, narração e edição/montagem são essenciais, no entanto, geralmente são conduzidos por um roteiro indicando as especificações técnicas e o tratamento aplicado à peça sonora (FERRARETTO, 2001) (SILVA e OLIVEIRA, 2020, pág. 190).

Nesse sentido, a seleção de áudios para o audiodocumentário levou em consideração o escopo da narrativa: contar o conflito e os efeitos dele a partir de uma experiência. Como estrutura, escolhi narrar a história de modo cronológico a partir da reintegração de posse de 2014.

Outro ponto é que a história de Jielza tem paralelos com o conflito. Ela chegou em 2008, o mesmo ano que o processo foi aberto. Encontrei nas datas uma maneira de alinhar a história dela a do conflito. Como ela era fio condutor da narrativa, me preocupei por não deixá-la distante da história, por isso, há menção do nome dela em passagens sem sonora ou nas falas dos especialistas para não desviar a estrutura da narrativa. Foi uma forma que encontrei para costurar o texto.

Ter consciência dessa organização foi imprescindível para definir as ordens de inserção dos áudios e dos respectivos conteúdos.

3.2 Linguagem narrativa

Iniciativas, como o podcast Vozes, da CBN, também abrem discussão para a relação entre o jornalismo literário e a mídia sonora. Se o jornalismo literário é marcado pelo rompimento do lead para alcance de uma linguagem literária, combinada a técnicas jornalísticas, como levantamento de dados, para desenvolvimento de um texto refinado, o rádio tem como marca imprescindível a oralidade e a imaginação para criação do diálogo mental, envolvimento e interação com o ouvinte. Essas características permitem

aproximar a técnica literária aplicada no jornalismo ao rádio. Ao analisar um quadro do programa CBN São Paulo, (Martinez (2012) apud Barsotti e Santa Cruz, 2020,pág.142), observou como o quadro que permitia os ouvintes contarem as suas histórias se assemelhava a estrutura de um conto, uma vez que “os relatos humanizados são dotados de sensibilidade e forte voz autoral”.

Tem se observado também o crescimento do gênero narrativo no jornalismo, passando dos jornais para blogs e alcançando os podcasts. Isso se dá em virtude da curiosidade por conhecer como as pessoas são a partir da chancela que o jornalismo oferece (autenticidade à informação). Essas são características associadas ao jornalismo literário que recorre à metáfora e símbolos para universalização temática, ou seja, compreensão do conteúdo. Nesse contexto, verifica-se a consolidação dos formatos de podcast em formato de *storytelling*, como consequência da “abordagem mais pessoal ao contar as histórias” (BARSOTTI e SANTA CRUZ, 2020, pág.144).

Um podcast é composto também por diversos itens, como roteiro, trilha sonora, voz e a palavra, sendo esta última a que ocupa mais centralidade nos gêneros radiofônicos, porque “constitui o veículo preferencial para a informação conceitual e transmissão de ideias, por outro lado, cumpre também uma função emocional, traduzindo sentimentos e sensações” (CARVALHO, 2014, pág.06).

Nesse aspecto, escolhi abrir o audiodocumentário com a história sobre a jaqueira, símbolo da ocupação também conhecida como Resistência da Cabrita. Segundo Jielza Correia, Dalva Angélica, Gustavo Dantas e ensaio antropológico, a ordem de derrubada da árvore gerou muita comoção e um fato marcou muito essa história: apesar das investidas do trator, ela não morreu. Percebi que a jaqueira poderia resumir bem a história a ser contada. O primeiro parágrafo do roteiro é como se fosse um resumo da sucessão de fatos a ser narrada. Confirmei também a história da jaqueira por meio de fotos registradas pelo MPF em vistoria no ano de 2016 e, em matéria da Infonet, que mostra uma mulher com uma jaca do pé chorando após ser derrubada. Também fui ver a jaqueira e registrei fotos. Além disso, uma preocupação foi detalhar o máximo possível para que o ouvinte se situasse na história.

Figura 5: Foto da jaqueira/ Vistoria do MPF (2016)



Fonte: Processo Judicial em trâmite na Justiça Federal (2021)

Figura 6: Mulher desesperada após queda da jaqueira



Fonte: Infonet (2014)

Figura 7: Jielza e a jaqueira



Fonte: Autor do trabalho (2021)

Para aproximar o ouvinte, aproveitei para descrever lugares e montar cenas, como a casa de dona Jielza e a ligação para a empresa de energia. Para dividir sonoras importantes e longas, utilizei um recurso utilizado em podcasts: frases curtas acompanhadas de sonoras. Dão compasso e dinâmica ao texto. Também procurei elementos simbólicos para a história, por exemplo, as reintegrações de posse ocorreram, com frequência, às sextas-feiras, o que destaquei no roteiro.

As narrações e os depoimentos, segundo Godinez Galay (2014;2016) citado por Silva e Oliveira (2020, pág. 190), “não dão completo significado ao conteúdo abordado. As problemáticas socioculturais devem ser tratadas de forma a valorizar a estética do som, isto é, o trabalho com arte sonora”.

Nesse sentido, as trilhas levaram em consideração o ambiente da ocupação, uma área com características rurais, e a tensão inspirada pelo conflito. Elas foram utilizadas como cortina e BG, isto é, uma inserção musical para enfatizar a mudança de tema ou capítulo e fundo musical, respectivamente. Já as paisagens sonoras, como som de rodovia, barulho de demolição e som de trator, serviram para aguçar os sentidos para produção de imagens ou outros elementos que aproximem o ouvinte do conteúdo. Houve um cuidado para não encher o material de trilhas e paisagens sonoras. Elas poderiam prejudicar a compreensão da narrativa, caso trabalhadas em excesso. Em suma, quando pensei nos recursos sonoros, imaginei que ele deveria funcionar como introdução de capítulos e uma espécie de respiro para sequência da história.

Como lembra o texto de Silva e Oliveira (2020), a arte sonora não se limita aos efeitos musicais, mas a forma como se trata o conteúdo. Ela pode ser, por exemplo, uma poesia.

Antes do encerramento, resolvi inserir um áudio de mais de dois minutos de um discurso de dona Jielza. Embora longo, acredito que ele traz uma representação da dimensão coletiva e de liderança dela.

Existiu, no processo de locução, um conflito entre padrão do rádio versus linguagem mais natural dos podcasts. Nesse percurso, tentei adotar um tom de voz mais baixo e pausado, mas ainda distante de uma voz mais natural adotada, comumente, pelos podcasts. No processo de edição de áudio, também regravei algumas partes após identificação de erro de português ou de apuração. Outro caminho muito relevante foi o da recheagem. Garantiu a identificação de erros e correção de imprecisões. O processo técnico de edição do material foi conduzido pelo servidor da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Leandro Santana.

Embora tenha entrevistado 10 pessoas, apenas cinco foram incluídas no audiodocumentário: Jielza Correia, Dalva Angélica, Gustavo Dantas, Martha Figueiredo e Ramiro Rockenbach. Isso se explica pelos papéis assumidos por elas ao longo da questão, como já explicitado no capítulo anterior. Outras fontes foram apoio para confirmação e acréscimo de detalhes de informação.

Durante a execução do trabalho, não se observou a necessidade de ouvir as versões de outras fontes envolvidas no conflito, como fazendeiros e outros interessados, porque o objetivo foi retratar os impactos da sucessão de fatos narrada em documentos jurídicos, acadêmicos e jornalísticos na vida de um ocupante. O trabalho também não entrou em aspectos de responsabilização nem atrelou nomes a fatos que poderiam ensejar danos de imagem.

4 CONCLUSÕES

Este trabalho seria um livro. Mas veio a pandemia. E foi preciso se ajustar. Com tempo mais curto para a produção, optei pelo audiodocumentário. Ao invés de inúmeros personagens que pretendia entrevistar presencialmente, fechei o escopo: um. O objetivo continuou: contar os efeitos de um conflito de área que já dura duas décadas. Esse foi um ponto de limitação e uma oportunidade.

Os podcasts têm se tornado cada vez mais comuns para a maioria das pessoas. Sem a necessidade de um horário programado em uma emissora convencional, ele pode ser acessado a qualquer momento, com a vantagem de um produto com linguagem

sonora: a acessibilidade. Ao dispensar o letramento, o material pode ser ouvido por um amplo público. Diante desse contexto, produzir um audiodocumentário, pela primeira vez, foi um desafio, principalmente, neste período de pandemia.

A grande força do material sonoro é o áudio. Embora a palavra ocupe um papel fundamental, ela não pode estar desvinculada do que dá corpo ao escrito: os sons diversos – narração, depoimento, arquivos de mídias audiovisuais, etc. E, em um material narrativo, pesa também a convivência para melhor detalhar e traçar perfil do personagem, além de criar um ambiente mais receptivo para as necessidades do formato, por exemplo, convencer a fonte sobre a importância de manter o gravador ligado a maior parte do tempo.

Mesmo nessas circunstâncias, acredito que consegui me aproximar da dona Jielza a ponto de observar detalhes da sua rotina, porém, um maior tempo poderia me apresentar características outras, como novos hábitos e conflitos internos dentro da ocupação. Isso traria uma maior riqueza de detalhes. Inclusive, esta dificuldade funcionou como treino para futuros desafios em que questões técnicas ou financeiras podem dificultar ou inviabilizar a produção desejada ou esperada. Também foi preciso lidar com problemas emocionais, como a ansiedade, que me fez pensar em desistir em alguns momentos.

Aprendi, nesse sentido, que o profissional precisa encontrar formas para tratar um tema, quando necessário e importante. Nesse caso, trazer o tema da Cabrita é uma forma de lançar uma reflexão sobre o direito à moradia, mais especificamente, a como viver em condições precárias, como em casa de madeira e sem infraestrutura regular de água e energia. O que torna a questão ainda mais emblemática é que as famílias perderam as casas de uma área que, potencialmente, é pública, segundo o MPF, além de uma série de violações de Direitos Humanos.

Outro ponto importante foi entrevistar fontes documentais, como processos judiciais. Elas são fundamentais para compreender as discussões, confirmar informações e chegar aos entrevistados. É uma forma de se livrar do declaratório e de aumentar a credibilidade do conteúdo. Além disso, foi interessante entender como as novas linguagens sonoras vêm rompendo padrões da linguagem radiofônica e potencializando os seus recursos.

Depois de feitas possíveis correções, pretendo apresentar o material para as fontes e disponibilizar nos canais *Spotify* e *YouTube*, e no site *Meus Sertões*. Também penso em contar com a divulgação do conteúdo por meio dos portais e redes sociais do

Contexto e do Coletivo Perspectiva em Foco, além do apoio de movimentos sociais ligados à causa. Espero acompanhar o conflito da Cabrita e produzir novos conteúdos relacionados ao caso.

Acredito também que a contribuição deste material é não deixar este conflito esquecido e lembrar que o jornalismo, muitas vezes, precisa voltar para ampliar o que foi contado ontem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCANTARA, J.S.F; FONTES, R.M. O. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. Disponível em:<<http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/ESTRUTURA-FUNDI%C3%81RIA-ze-luispara-pdf.pdf>>. Acesso em: 08/02/2021.

ARAUJO, F. Reintegração de posse é cumprida no povoado Cabrita. F5 News. Disponível em:< https://www.f5news.com.br/cotidiano/reintegracao-de-posse-e-cumprida-no-povoado-cabrita_25710/>. Acesso em: 05/02/2020.

BARSOTTI, A.; SANTA, L.C. Jornalismo literário em podcasts: Uma análise dos roteiros do Vozes, da CBN. *Radiofonias — Revista de Estudos em Mídia Sonora*, Mariana-MG, v. 11, n. 01, p. 137-159, jan./abr. 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 07/02/2021.

CARVALHO, P. M. O processo de Criação de Podcast: Análise dos Recursos Criativos do Nerdcast. In: XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom, 2014, Foz do Iguaçu. Disponível em:<<http://www.intercom.org.br/sis/2014/resumos/R9-2357-1-.pdf>>. Acesso: 06/02/2021

CPT. O estado do Pará lidera o ranking de ocorrências de conflitos de terra no Brasil em 2020. Disponível em:< <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/5717-o-estado-do-para-lidera-o-ranking-de-ocorrencias-de-conflitos-de-terra-no-brasil-em-2020>>. Acesso em: 10/07/2021.

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO (USP). Fundamentos legais. Disponível:< http://www.direitoamoradia.fau.usp.br/?page_id=975&lang=pt>. Acesso em: 07/02/2021.

FENAJ. Código de Ética do Jornalista. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: 04/02/2021.

HICKMANN, T. Técnicas de apuração e checagem no jornalismo investigativo e sua relação com a credibilidade e a qualidade da informação jornalística. 2017.UNISC. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/2308>>. Acesso em:13/07/2021.

IBGE. Estrutura Fundiária. Disponível em: < encurtador.com.br/hzJQ0>. Acesso em: 01/07/2021.

LOUBAK, L.A. O que é podcast? Saiba tudo sobre os programas de áudio online. Techtudo. Disponível em: <<https://www.techtudo.com.br/noticias/2019/12/o-que-e-podcast-saiba-tudo-sobre-os-programas-de-audio-online.ghnm>>. Acesso em: 05/02/2021.

MACHADO, F. A Era do Podcast. ISTOÉ. Disponível em: <<https://istoe.com.br/a-era-do-podcast/>>. Acesso em: 07/02/2021.

MEIRELES, L. Mercado de podcasts vai movimentar US\$ 1,1 bi em 2020, segundo relatório. Disponível em: <<https://www.consumidormoderno.com.br/2020/03/04/mercado-de-podcasts->

MPF/SE. MPF/SE ajuíza ação em defesa de moradores do Povoado da Cabrita. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/se/sala-de-imprensa/noticias-se/mpf-se-ajuiza-acao-em-defesa-de-moradores-do-povoado-da-cabrita>>. Acesso em 02/02/2020.

MPF/SE. A pedido do MPF, Justiça concede reintegração de posse às famílias do Povoado Cabrita em São Cristóvão (SE). Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/se/sala-de-imprensa/noticias-se/a-pedido-do-mpf-justica-concede-reintegracao-de-posse-as-familias-do-povoado-cabrita-em-sao-cristovao-se>>. Acesso em: 02/01/2020.

NORONHA, M. G. As especificidades do jornalismo investigativo: um estudo sobre o processo de produção jornalística investigativa. 2017. 210 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

NORONHA, M. G.; ROCHA, P. M. As especificidades da apuração no processo de produção da reportagem. Revista Estudos em Comunicação, Nº 23, p. 171-193 – Dez, 2016. Disponível em: <<http://www.ec.ubi.pt/ec/23/pdf/ec-23-08.pdf>>. Acesso em: 13/07/2021.

PINTO, A.E.S. Jornalismo diário: reflexões, recomendações, dicas, exercícios. São Paulo: Publifolha, 2009.

ROCKENBACH, R. Ação Civil Pública. MPF/SE. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/u/0/search?q=type:pdf>>. Acesso em: 02/02/2020.

SDH. Direito à moradia. Disponível em: <https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/DH_moradia_final_internet.pdf>. Acesso em 07/02/2020.

SILVA, J. D. A.; OLIVEIRA, D. L. Audiodocumentário no cenário podcasting: por um rádio independente e de caráter social. Radiofonias — Revista de Estudos em Mídia Sonora, Mariana-MG, v. 11, n. 01, p. 182-199, jul./dez. 2020.

UNICEF. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 07/02/2021.

GARCEZ, M. Moradores passam mal após nova destruição na Cabrita. Infonet. Disponível em: <<https://infonet.com.br/noticias/cidade/moradores-passam-mal-apos-nova-destruicao-na-cabrita/>> . Acesso em: 01/07/2021.

ANEXO A – ÚLTIMA VERSÃO DO ROTEIRO

ROTEIRO

[SOM DO TRATOR]

LOC: QUANDO SOBROU DAS CASAS UM AMONTOADO DE TIJOLOS E MADEIRAS/ O TRATOR AVANÇOU SOBRE A JAQUEIRA// OS POSSEIROS AINDA TENTARAM IMPEDIR FURANDO O PNEU E TACANDO PEDRA NO VEÍCULO/ MAS FORAM CONTIDOS PELOS POLICIAIS// ERA A JAQUEIRA/ QUE SERVIU COMO SOMBRA PARA AS REUNIÕES DA OCUPAÇÃO/ NA IMINÊNCIA DE VIR ABAIXO// NEM LAMENTO NEM INDIGNAÇÃO// NADA ADIANÇOU// A DECISÃO ESTAVA POSTA// CENTENÁRIA E COM RAÍZES PROFUNDAS/ ELA SE CURVOU E NÃO ARREDOU O PÉ DALI/ MESMO COM MAIS TRÊS INVESTIDAS DEPOIS DAQUELE NOVEMBRO TUMULTUADO DE DOIS MIL E CATORZE// A JAQUEIRA É UMA SOBREVIVENTE// E NÃO POR ACASO UM PEDAÇO DE TERRA NO MUNICÍPIO SERGIPANO DE SÃO CRISTÓVÃO TAMBÉM É CONHECIDO COMO RESISTÊNCIA DA CABRITA//

[ENTREVISTA - JIELZA - ÁUDIO 01]

TRANSCRIÇÃO: ELA É JUSTAMENTE COMO A GENTE: ELA TOMBA// ELA BALANÇOU// ATÉ/ DE CERTA FORMA/ DERRUBARAM ELA/ COMO DERRUBARAM AS NOSSAS CASAS E TENTARAM DESTRUIR OS NOSSOS SONHOS//

LOC: VOCÊ ACABOU DE OUVIR JIELZA CORREIA// ELA TEM CINQUENTA E SEIS ANOS/ E VAI SER A PARTIR DA HISTÓRIA DELA QUE A GENTE VAI CONHECER UM CONFLITO DE TERRA QUE JÁ DURA MAIS DE DUAS DÉCADAS// EU CONVERSEI COM JIELZA EM UMA SEXTA-FEIRA NUBLADA E CHUVOSA/ LÁ NO INÍCIO DE JUNHO// CHEGUEI NA CASA DELA/ UMAS OITO DA MANHÃ// ELA ME OFERECEU MACAXEIRA// PARECE QUE ADIVINHOU QUE EU TAVA COM O ESTÔMAGO DESFORRADO// MAS A GENTE FALA MAIS SOBRE ISSO OUTRA HORA// ANTES DE CONTINUAR/ VOU ME APRESENTAR: EU SOU ABEL SERAFIM/ E ESSE É O AUDIODOCUMENTÁRIO CHÃO PROVISÓRIO//

[SOBE SOM DA TRILHA - GREEN]

LOC: A CONVERSA CONTINUOU NA COZINHA// DE LÁ/ DÁ PRA VER UM GALINHEIRO E PÉS DE MILHO// ANTES DE GRAVAR E ASSINAR O TERMO DE AUTORIZAÇÃO/ ELA SE ENCASQUETOU COM O SIGNIFICADO DO MEU NOME: ABEL VICTOR// UMA JUNÇÃO/ DIGAMOS ASSIM/ POUCO COMUM// ATÉ PEGOU O CELULAR PARA DAR UMA CONFERIDA//

JÁ TUDO ASSINADO/ E COM O GRAVADOR EM PUNHO/ JIELZA ME CONTOU QUE CHEGOU À CABRITA EM DOIS MIL E OITO APÓS SEU CHICO DO COCO OFERECER UM LOTE PARA PLANTAR E CONSTRUIR UM LAR// DEPOIS DE

PERDER UM FINANCIADO PELA CAIXA/ QUE FOI À LEILÃO/ POR DIFICULDADE DE PAGAMENTO/ E MORAR DE ALUGUEL/ ALI ERA A ESPERANÇA DE VOLTAR A CHAMAR UMA CASA DE SUA// SE MUDARAM PARA LÁ O EX-MARIDO/ OS TRÊS FILHOS/ DUAS NETAS E DUAS NORAS//

NAQUELE ANO/ O QUE SE OUVIA ERA QUE FALTAVA APENAS O USUCAPIÃO/ MAS SEIS ANOS DEPOIS O QUE SE VIU FOI O OPOSTO// MAIS UMA VEZ/ FICOU SEM CHÃO//

[ENTREVISTA - JIELZA - ÁUDIO 03]

ENTÃO AQUELE DIA FOI UM DIA ASSIM TERRÍVEL DE LEMBRANÇA QUE A GENTE JÁ AMANHECE SENDO CERCADO POR TRATOR/ SENDO CERCADO POR POLICIAIS/ CÃES/ COM FUZIL// FOI UMA OPERAÇÃO DE GUERRA//

LOC: NA VÉSPERA DO FERIADO DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA DE DOIS MIL E CATORZE/ UMA SEXTA-FEIRA/ CERCA DE NOVENTA POLICIAIS MILITARES CUMPRIAM UM MANDADO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE// SEGUNDO JIELZA/ SETENTA E DUAS FAMÍLIAS FORAM DESPEJADAS// E AS CASAS DEMOLIDAS//

[PAISAGEM SONORA- DEMOLITION]

LOC: MUITOS MORADORES COM MAIS DE VINTE ANOS DE HISTÓRIA NO LUGAR/ INFORMARAM OS PORTAIS DE NOTÍCIA// ERA O DESDOBRAMENTO DE UM PROCESSO/ QUE SE INICIOU NO ANO QUE A OCUPANTE SE FIXOU NA CABRITA/ MOVIDO PELO ENTÃO EMPRESÁRIO DE COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA JOÃO BOSCO DA SILVA TELES// ELE REIVINDICAVA OITENTA E OITO TAREFAS DE TERRA/ O EQUIVALENTE A TRINTA E SETE CAMPOS DE FUTEBOL// A SANTA BÁRBARA ENGENHARIA TAMBÉM SE JUNTOU À AÇÃO APÓS INFORMAR COMPRA DE PARTE DA ÁREA DO AUTOR NA DÉCADA DE NOVENTA//

NÃO ERA A PRIMEIRA VEZ QUE QUESTÃO ENVOLVENDO O ASSUNTO CHEGAVA À COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO// OUTROS PROCESSOS JÁ CORRERAM NA JUSTIÇA DESDE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SETE//

LOC: DA ALEGRIA DA RECEPÇÃO À TENSÃO EXPRESSA NO ROSTO/ JIELZA SE LEMBRA DE UM DIÁLOGO COM OS POLICIAIS//

[ENTREVISTA - JIELZA - ÁUDIO 04]

E EU CUMPRIMENTEI OS SOLDADOS LÁ// AO ME APROXIMAR/ DISSE: BOM DIA/ SENHORES// AÍ/ UM DOS QUE SE ACHAM EMPODERADOS PORQUE TÃO DE FARDA, NÉ? AÍ/ UM DELES DISSE ASSIM PRA MIM: É/ MINHA SENHORA/ PRA GENTE O DIA TÁ BOM JÁ PRA SENHORA/ EU NÃO POSSO DIZER O MESMO//

LOC: ELA RESPONDEU//

POR QUE/ SENHOR? MOSTREI A ELE O CÉU// O SENHOR TÁ VENDO O FIRMAMENTO? O SENHOR ESTÁ RESPIRANDO? O SENHOR ESTÁ LUTANDO PELO SUSTENTO DA SUA FAMÍLIA? EU TAMBÉM ESTOU VENDO O CÉU/ ESTOU VENDO FIRMAMENTO/ EU ESTOU RESPIRANDO E TAMBÉM ESTOU LUTANDO PELA SOBREVIVÊNCIA DA MINHA FAMÍLIA//ENTÃO/ NÓS ESTAMOS/ SÓ QUE ESTAMOS EM LADOS DIFERENTES// ENTÃO/ O DIA SERÁ BOM TANTO PRA O SENHOR QUANTO SERÁ PRA MIM//

LOC: ATÉ QUE UM POLICIAL SE EMOCIONOU///

E UM DELES COMEÇOU A CHORAR E AÍ PEDIU DESCULPA E AÍ ENTROU PRA MINHA VARANDA E COMEÇOU A ME ORIENTAR QUE EU TOMASSE ALGUMA ATITUDE EM SALVAR ALGUMA COISA QUE PUDESSE SALVAR// E AÍ ELES SE REVESTIRAM DE HUMANIDADE/ AÍ DISSERAM QUE SÓ TAVAM CUMPRINDO ORDEM E ATÉ NOS DANDO A COMIDA QUE VEIO PRA ELES///

LOC: SEM EXPERIÊNCIA COM REINTEGRAÇÕES DE POSSE E SEM SABER O QUE FAZER/ A ALTERNATIVA FOI REUNIR OS FILHOS//

[ENTREVISTA - JIELZA - ÁUDIO 05]

A GENTE FEZ UM CÍRCULO E NOS DEMOS AS MÃOS// E EU DISSE: OLHA/ MEUS FILHOS/ OLHA O QUE QUE A GENTE TEM AQUI NESSA RODA/ A GENTE TEM UM AO OUTRO// O QUE ELES VÃO DERRUBAR É UMA CASA// SE A GENTE TIVER UM AO OUTRO/ UM AJUDANDO/ FORTALECE// A GENTE VAI VENCER TUDO ISSO//

LOC: DEBAIXO DE UMA ÁRVORE/ JIELZA OROU// NA AFLIÇÃO/ CONTOU COM A AJUDA DE AMIGOS PARA SALVAR AS TELHAS// TEM ATÉ UMA CENA QUE GOSTARIA DE TER FILMADO//

O TRATOR VEIO E O HOMEM DO TRATOR FEZ ALGO ASSIM// ELE FOI POR UMA COLUNA QUE TINHA DA MINHA VARANDA/ FOI BEM INTERESSANTE/ EU QUERIA TER FILMADO AQUILO SABE/ ABEL// E DA FORMA QUE O RAPAZ DO TRATOR FOI A MINHA CASA/ ELA ASSIM/ ELA FOI SIMPLEMENTE ABAIXANDO/ COMO SE TIVESSE SE DOBRANDO/ ASSIM/ SE CURVANDO// AÍ/ A CASA FOI ARRIANDO/ ARRIANDO/ ARRIANDO// ATÉ QUE FICOU DE UMA FORMA QUE OS MENINOS PUDEAM ARRANCAR PRA SALVAR UM POUCO DAS MADEIRAS/ TENDEU?//

LOC: A DEFENSORIA PÚBLICA DE SERGIPE RECORREU DA DECISÃO/ MAS NADA SE ALTEROU// O DEFENSOR ALFREDO NIKOLAUS ACOMPANHOU O DESPEJO E/ EM ENTREVISTA AO PORTAL INFONET/ DEU A SEGUINTE DECLARAÇÃO//

[ENTREVISTA - ALFREDO - ÁUDIO 01]

O PROCESSO ENTENDEU DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE QUE ERA UMA ÁREA PRIVADA/ SÓ QUE VÁRIOS MORADORES TÊM VÁRIOS DOCUMENTOS DE QUE TERIA PARTE DESSA PROPRIEDADE SER DO ESTADO// ENTÃO/ POR ISSO/ PEDIMOS A SUSPENSÃO DA REINTEGRAÇÃO/ PORQUE COMO O

PROCESSO NÃO TRANSITOU EM JULGADO E AINDA CABE RECURSO ESSA QUESTÃO AINDA PODE SER DISCUTIDA//

LOC: A CASA DA FILHA BÁRBARA FOI DEMOLIDA TAMBÉM//

[SOM DE RODOVIA]

AO PASSAR PELA RODOVIA JOÃO BEBE ÁGUA/ QUE LIGA SÃO CRISTÓVÃO A ARACAJU/ A GENTE CONSEGUE VER A ÁREA DO CONFLITO// DO CAMPUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE ATÉ LÁ/ SÃO CINCO QUILOMETROS DE CARRO// FAZENDO ESSE PERCURSO/ DÁ PRA OBSERVAR VÁRIOS CONDOMÍNIOS// UMA LOCALIZAÇÃO QUE DESPERTA O INTERESSE DA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA//

[ENTREVISTA - GUSTAVO - 01]

A GENTE SABE ALI QUE É UMA ÁREA DE ALTO ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA/ PORQUE TÁ DO OUTRO LADO DA CAPITAL ARACAJU//

LOC: ESSE É O DEFENSOR PÚBLICO DE SÃO CRISTÓVÃO/ GUSTAVO DANTAS//

A ESTRADA DA CABRITA VAI PARAR NO JABOTIANA/ O MORRO ONDE ELES SE ENCONTRAM O OUTRO LADO JÁ ESTÁ OCUPADO// A GENTE VÊ A EXPANSÃO IMOBILIÁRIA EM SÃO CRISTÓVÃO VINDO DO ROSA ELZE E PARA O LUIZ ALVES INDO EM DIREÇÃO À CABRITA// A GENTE VÊ A EXPANSÃO IMOBILIÁRIA DE ARACAJU VINDO DO JABOTIANA EM DIREÇÃO À CABRITA// ENTÃO/ É ÓBVIO QUE AQUELA ÁREA QUE HOJE EU NÃO SEI O VALOR/ EU TÔ ATRIBUINDO VALOR ALEATÓRIO, TÁ?/ SE HOJE ESSA ÁREA VALE UM MILHÃO/ DAQUI A DEZ ANOS/ VAI VALER DEZ MILHÕES/ NÃO TENHO NENHUMA DÚVIDA DISSO// ENTÃO,// É MAIS UMA DESSAS ÁREAS DE ALTA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA//

[TRILHA - FAILING]

FOI PARA A JOÃO BEBE ÁGUA QUE OS OCUPANTES SEGUIRAM DEPOIS DE RESISTIR NA ÁREA E SOFRER MAIS UMA REINTEGRAÇÃO EM NOVEMBRO DAQUELE ANO// ÀS MARGENS DA RODOVIA/ MONTARAM BARRACOS DE LONA/ MADEIRA E RESTOS DE CONSTRUÇÃO// O INÍCIO PARA JIELZA FOI DIFÍCIL//

[ENTREVISTA - JIELZA - ÁUDIO 07]

EU CHORAVA MUITO/ PASSAVA AS NOITES EM CLAROS /NUMA LONA// DEPOIS ERA EM LONA DE PLÁSTICO// SAPO/ COBRA// FOI MUITO DIFÍCIL/ MUITO// AÍ/ VOCÊ NÃO TEM IDEIA//

LOC: A LUZ ERA DE CANDEEIRO/ UMA LUMINÁRIA MOVIDA A COMBUSTÍVEIS/ COMO O GÁS//

A GENTE AMANHECE O DIA COM AS NARINAS/ ABEL/ PARECENDO QUE A GENTE É DRAGÃO// PARECE QUE A GENTE TINHA BOTADO FOGO PELA VENTA//

LOC: PRA PEGAR ÁGUA/ ERA PRECISO DESCER PARA O RIACHO/ ATRÁS DA RODOVIA//

NO INÍCIO/ ELES BOTARAM O CAPATAZES QUE A GENTE NÃO PODIA NEM TER ACESSO A ÁGUA/ MAS A GENTE SEMPRE CONSEGUIA CHEGAR ATÉ O RIACHO PARA LAVAR NOSSAS COISAS/ NÉ? E SUBIR COM ALGUM POUCO DE ÁGUA/TRAZER ÁGUA DE FORA PARA BEBER/ AS GARRAFAS// FOI UMA LUTA MUITO ÁRDUA/ NÉ? E CARREGAR O CELULAR FORA PRA GENTE NÃO FICAR SEM COMUNICAÇÃO POR ALGUMA NECESSIDADE/ PRINCIPALMENTE DURANTE A NOITE//

LOC: NO ANO SEGUINTE/ OS OCUPANTES VOLTARAM AO TERRENO// DESSA VEZ/ JIELZA ME CONTOU QUE A JAQUEIRA FOI APOIO PARA MONTAR UM BARRACÃO/ UMA ESPÉCIE DE QUARTO COLETIVO // MAS NÃO DEU OUTRA: DE NOVO/ SOFRERAM EXPULSÃO E RETORNARAM PARA A JOÃO BEBE ÁGUA // AÍ / A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO FEZ UM ESTUDO SOCIAL DE CINQUENTA E DUAS FAMÍLIAS//

LOC: ESSE DOCUMENTO APONTOU QUE O LOCAL ERA INAPROPRIADO PARA VIVER DIANTE DO PERIGO EM QUE A COMUNIDADE ESTAVA EXPOSTA/ PRINCIPALMENTE/ CRIANÇAS/ ADOLESCENTES/ IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA//

LOC: JÁ UMA VISTORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL IDENTIFICOU QUE AS PESSOAS VIVIAM EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS/ SEM ÁGUA E ENERGIA// AS FOTOS DA VISTORIA AINDA MOSTRAM FOGÃO IMPROVISADO NO CHÃO E PROVÁVEL MARCA DE TIRO DISPARADO POR CAPANGAS DE SUPOSTOS PROPRIETÁRIOS DA ÁREA ANTES OCUPADA//

LOC: DALVA ANGÉLICA DA GRAÇA É COORDENADORA ESTADUAL DO MOVIMENTO ORGANIZADO DOS TRABALHADORES URBANOS/ O MOTU// ELA ACOMPANHOU OS OCUPANTES DA CABRITA DESDE A REINTEGRAÇÃO EM DOIS MIL E CATORZE/ AJUDANDO NA ORGANIZAÇÃO INTERNA/ COM CRIAÇÃO DE COMISSÕES E FORMAÇÕES POLÍTICAS//

LOC: UM DOS MOMENTOS QUE DALVA DESCREVEU FOI UMA REUNIÃO// A PAUTA ERA A MUDANÇA DE ÁREA// AS CHANCES DE UMA REVERSÃO NA JUSTIÇA ESTADUAL ERAM REMOTAS//

[ENTREVISTA - DALVA - 01]

FUI LÁ E DISSE A GENTE PERDEU ESSE PROCESSO JURÍDICAMENTE// VOCÊS TOPAM? ISSO AQUI SOU EU// TOPAM ENTRAR EM OUTRA LUTA/ PEGAR

OUTRO TERRENO/ OCUPAR? PORQUE EU SABIA QUE ELES QUERIAM/ QUE ELES PRECISAVAM/ É PORQUE ISSO AQUI É JURIDICAMENTE PAROU DE EXISTIR// E AÍ FOI UM CHORORÔ/ FOI UMA FOI UMA REUNIÃO DIFÍCIL// AÍ ME DISSERAM NÃO/ INCLUSIVE JIELZA/ A GENTE QUER FICAR AQUI/ A GENTE VAI LUTAR POR ESSA TERRA AQUI// AÍ EU CHOREI/ AÍ TODO MUNDO CHOROU// AQUELA REUNIÃO BEM EMOCIONADA//

LOC: ARQUIVADO NA ESFERA ESTADUAL/ UM NOVO PROCESSO RELACIONADO AO CONFLITO ESTÁ EM DISCUSSÃO NA JUSTIÇA FEDERAL DESDE DOIS MIL E DEZESSETE APÓS AÇÃO CIVIL PÚBLICA MOVIDA PELO MPF// O ENVOLVIMENTO DO ÓRGÃO FOI POSSÍVEL DEPOIS DO INCRA CADASTRAR AS FAMÍLIAS DO ACAMPAMENTO/ TAMBÉM CONHECIDO COMO NOSSA SENHORA D'AJUDA/ COMO DE PERFIL PARA REFORMA AGRÁRIA// É O QUE CONTA O AUTOR DA AÇÃO/ O PROCURADOR DA REPÚBLICA RAMIRO ROCKENBACH///

[ENTREVISTA - RAMIRO - ÁUDIO 01]

DESDE O PRINCÍPIO A GENTE VIU UMA GRAVE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS PELO QUE TAVA OCORRENDO E UMA VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS OFICIAL PRATICADA PELO PODER JUDICIÁRIO OU CHANCELADA PELO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL/ QUE TEVE AS RAZÕES DELE/ FEZ AS CONCLUSÕES DELE/ MAS COM A QUAL NOS PARECEU QUE NÃO OCORREU TUDO DA FORMA COMO DEVERIA// AÍ COMO PASSOU A TER UM INTERESSE FEDERAL NA ÁREA/ POR CAUSA DA ATUAÇÃO DO INCRA/ ENTÃO A GENTE ACABOU AJUIZANDO ESSA AÇÃO CIVIL PÚBLICA/ QUE PRATICAMENTE TINHA ESSE OBJETIVO: IDENTIFICAR E CONFIRMAR QUE AS TERRAS ERAM PÚBLICAS E SENDO PÚBLICAS/ QUE FOSSE FEITO UMA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM FAVOR DE QUEM TINHA A MELHOR POSSE/ QUE SÃO AQUELAS FAMÍLIAS ANTIGAS QUE ESTAVAM LÁ HÁ MUITO TEMPO//

LOC: EM UM CADERNO DE CAPA MOLE E DE ARAME COM A IMAGEM DE UMA CACHOEIRA/ QUE DONA JIELZA ME DISSE QUE IA JOGAR FORA/ MAS ACABOU DESISTINDO DIANTE DO NÚMERO DE REGISTROS/ ELA ESCREVEU: A PRIMEIRA GRANDE VITÓRIA// A EXPRESSÃO FAZ REFERÊNCIA AO DIA DEZ DE JULHO/ TRÊS DIAS DEPOIS DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO// E O MOTIVO ERA A SUSPENSÃO DE UM NOVO DESPEJO DA ÁREA REOCUPADA EM ABRIL DAQUELE ANO///

LOC: APÓS ANÁLISES DE DOCUMENTAÇÃO SOBRE O TERRENO/ O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DEFENDE QUE AS ÁREAS SÃO PÚBLICAS E PERTENCEM AO ESTADO DE SERGIPE/ PORTANTO/ PASSÍVEIS À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA//

[ENTREVISTA - ROCKENBACH - ÁUDIO 02]

A ORIGEM SE CONFIRMOU COMO TERRA PÚBLICA/ COMO TERRA DO ESTADO DE SERGIPE PELO MENOS NA NOSSA AVALIAÇÃO E AÍ ESTÁ SENDO DISCUTIDO NO PROCESSO JUDICIAL// NA SEQUÊNCIA/ NÃO HÁ NADA QUE JUSTIFIQUE ESSAS TERRAS DEIXAREM DE PERTENCER AO PODER PÚBLICO// NA VERDADE/ UMA SÉRIE DE DOCUMENTAÇÕES FORAM OCORRENDO/ MAS

ESSAS DOCUMENTAÇÕES NÃO OBSERVAM AS REGRAS/ NÃO OBSERVAM TODOS OS DETALHAMENTOS E TODOS OS REQUISITOS DA LEI DE REGISTRO PÚBLICO/ E/ NO BOM PORTUGUÊS/ É O QUE A GENTE CHAMA DE GRILAGEM DE TERRAS PÚBLICAS// A IDENTIFICAÇÃO EM PRINCÍPIO DO QUE OCORREU ALI É ISSO

/

LOC: DESDE A ÚLTIMA REOCUPAÇÃO/ NUNCA MAIS FORAM EXPULSOS// ATÉ DESFECHO DA QUESTÃO/ ELES PODEM PERMANECER NA ÁREA//

[TRILHA - TO WEATHER]

LOC: DA PORTEIRA DO LOTE ATÉ O CASTELO DE DONA JIELZA/ COMO CHAMA A MORADIA/ SÃO CINQUENTA PASSOS LENTOS// NO TERRENO DE MIL METROS QUADRADOS/ A GENTE VÊ TRÊS CISNES FEITOS DE PNEU E OS PÉS DE MILHO/ BANANA/ QUIABO E GOIABA/ ENTRE OUTROS// NA VARANDA/ AS POLTRONAS E OS CAQUEIROS DAS PLANTAS TAMBÉM SÃO DE PNEU REAPROVEITADO POR ARTESÃO DA PRÓPRIA OCUPAÇÃO// SENTADO EM UMA DELAS/ DÁ PRA VER O VAI E VEM DE VEÍCULOS NA RODOVIA//

LOC: AS PAREDES SÃO DE MADEIRA E LONA/ O CHÃO DE CIMENTO E O TETO DE FOLHA DE ETERNIT// TEM UMA SALA COM UM BANNER DA FORMATURA DE ALFABETIZAÇÃO DA NETA/ UM BANHEIRO E DUAS CAMAS CUJO ESPAÇO É DIVIDIDO POR UM MADEIRITE// A COZINHA FICA NO FUNDO DA CASA//

LOC: O CASTELO DE JIELZA É DIFERENTE DA MORADIA QUE FOI DEMOLIDA: DE TIJOLOS/ AINDA SEM REBOCO NA PARTE EXTERNA/ MAS COM PISO E BANHEIRO QUE ELA ABRE OS BRAÇOS PARA DEMONSTRAR O TAMANHO// A DIFERENÇA NÃO ESTÁ SÓ NA ESTRUTURA/ MAS TAMBÉM NO LUGAR// A ÁREA EM QUE EDIFICOU A SUA ANTIGA CASA ESTÁ CERCADA E VIROU PASTO// O REGISTRO QUE TEM SÃO FOTOS QUE SE MISTURAM AOS PAPÉIS DOS PROCESSOS GUARDADOS NOS CLASSIFICADORES// HOJE/ DIVIDE O RANCHO ESPLENDOR DA VOVÓ GIGI/ COMO DEU NOME AO LOTE/ COM O FILHO MAIS VELHO/// VAI UMA NOTA: GIGI É APELIDO PARA OS MAIS ÍNTIMOS///

[ENTREVISTA - JIELZA - ÁUDIO 08]

A MINHA VIDA É AQUI// EU SOU FELIZ AQUI/ SOFRO INJUSTIÇA SOCIAL/ LUTO CONTRA ELA// ENTENDEU? E A MINHA CASA É DE MADEIRA// TEVE UMA ATIVIDADE NA UFS QUE FOI DA QUESTÃO URBANA/ ONDE TINHAM OS ADVOGADO E EU LEMBRO QUE EU OUVI A PRIMEIRA VEZ UM RAP QUE EU ACHO QUE O TÍTULO É MEU CASTELO É DE MADEIRA/ ALGUMA COISA ASSIM//

[TRECHO DA MÚSICA]

E OUVI ESSE RAP/ E ALI NO MEIO DAQUELE POVO/ EU DISSE/ POXA/ MEU CASTELO É DE MADEIRA// E QUANDO CHEGOU MEU MOMENTO DE FALA/ ME

IDENTIFIQUEI PRA ISSO// AÍ/ ANTES A GENTE ERA HUMILHADO NA PISTA E OS ÔNIBUS PASSA E DIZ UM MONTE DE COISA// MINHA FILHA MORRIA DE VERGONHA// POR QUÊ? NÃO/ MINHA FILHA// AS NETINHA: VOVÔ/ BARRACO/ NÃO/ A NOSSA CASA/ A NOSSA CASA É DE MADEIRA// NOSSO LAR/ NOSSA CASA É DE MADEIRA// EXISTE CASAS DE MADEIRA/ EXISTE PALAFITA/ TEM CASAS DE DIVERSAS FORMAS/ E A NOSSA CASA É DE MADEIRA/ ENTENDEU?E POR ISSO QUE EU NÃO ARREDO O PÉ DAQUI//

LOC: COM A CHEGADA DO INVERNO/ DONA JIELZA SE PREPARA PARA TROCAR AS MADEIRAS// SE NÃO FIZER ISSO/ ELAS APODRECEM/ E A CASA PODE DESABAR// A MUDANÇA CUSTA CERCA DE QUINHENTOS REAIS/// É ASSIM ANO APÓS ANO//

LOC: NAQUELA MANHÃ DA ENTREVISTA/ KELLY PEDIU PARA DONA JIELZA LIGAR PARA A EMPRESA PARA VER O ANDAMENTO DO PEDIDO DE REGULARIZAÇÃO DA ENERGIA/// PARA COMPENSAR/ KELLY TRATOU A GALINHA QUE JIELZA MATOU PARA O ALMOÇO // DEPOIS DE ANOTAR DOIS PROTOCOLOS EM UMA PÁGINA BRANCA/ ELA FOI INFORMADA QUE PRECISAVA VOLTAR À BASE DA COMPANHIA PARA VER ESSA SITUAÇÃO// DURANTE A ENTREVISTA/ OBSERVEI QUE DONA JIELZA COSTUMA PONTUAR AS INDIGNAÇÕES BATENDO A MÃO NA MESA//

[ENTREVISTA - JIELZA - ÁUDIO 10]

A GENTE É INVISÍVEL// É COMO SE A GENTE NÃO EXISTISSE PRA SOCIEDADE/ ABEL? OLHA/ NÉ BRINQUEDO NÃO/ VIU? AÍ VOCÊ VAI LÁ/ FAZ UMA BESTEIRA/ AÍ VOCÊ É VISTO/ AÍ/ VOCÊ TÁ ENTENDENDO? AÍ, OS HOLOFOTES VIRAM// ISSO AÍ/ MAS É O QUE É QUE EU DIGO: POVO/ SE ORGANIZA POVO// VEM PRA CÁ// VAMOS SE ORGANIZAR// VAMOS CHAMAR A MÍDIA E VAMOS MOSTRAR PRA ESSE POVO QUE A GENTE É GENTE/ PORQUE O POVO ACHA QUE É POVO, NÉ? MAS ESSE POVO É GENTE// É GENTE// É SER HUMANO COMO QUALQUER OUTRO//

LOC: PRA TER ACESSO À ÁGUA E ENERGIA/ ELA RELATOU QUE OS MORADORES RECORREM ÀS LIGAÇÕES CLANDESTINAS// À NOITE/ A ÁREA É UM BREU// NÃO TEM ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA COMUNIDADE// AS ESTRADAS SÃO DE TERRA//

[ENTREVISTA - JIELZA - ÁUDIO 11]

A GENTE NÃO PODE TER UMA COMIDA/ NÃO PODE GUARDAR UMA COISA/ NÃO PODE NADA/ PORQUE A GENTE NÃO TEM/ ENTENDEU? É UMA HUMILHAÇÃO/ ESSA SEMANA AÍ QUE FICOU DOIS DIAS SEM ENERGIA/ SEM UMA ENERGIA/ SEM UM CELULAR/ SEM UMA COMUNICAÇÃO/ SEM NADA///

LOC: COM UM SALÁRIO MÍNIMO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ/ A OCUPANTE AFIRMA QUE AJUDA NO PAGAMENTO DE UM ALUGUEL DE UM FILHO QUE VIVE DE BICO COMO GARÇOM E DE UMA PENSÃO DE UMA NETA// ELA CONTA QUE SOFRE DE DIVERSOS PROBLEMAS DE SAÚDE/

COMO BAIXA VISÃO E HÉRNIAS CERVICAIS E LOMBARES/ O QUE/ SEGUNDO ELA/ SE AGRAVARAM AINDA MAIS DEPOIS DO CONFLITO//

[ENTREVISTA - JIELZA - ÁUDIO 09]

EU PRECISEI TOMAR MEDICAÇÃO/ TIPO RIVOTRIL// E ATÉ HOJE/ JÁ EM DECORRÊNCIA DOS PROBLEMAS DE SAÚDE QUE JÁ EXISTIAM E QUE COM ESSA PROBLEMÁTICA TODA/ VOCÊ NÃO DORME//VOCÊ NÃO TEM SEGURANÇA// VOCÊ TEM MEDO COMO JÁ VIERAM VÁRIOS GRUPOS DOS FAZENDEIROS/ DOS COISAS PARAR NA MINHA PORTA/ VÁRIOS CARROS COM HOMENS ARMADOS// À NOITE/ ELES FICAVAM RONDANDO POR AQUI/ DE CARRO/ DE MOTO// A GENTE VIVE NUM ESTADO DE INSEGURANÇA// ISSO EMOCIONALMENTE/ NÉ? VOCÊ NÃO CONSEGUE DORMIR, NÉ? ISSO/ E E SEM CONTAR E A PRESSÃO É SÓ ALTA// É AQUELA/ NÉ// É O ESTADO DE MILAGRE/ MILAGRE DA GRAÇA DE DEUS DE PERMITIR QUE A GENTE SOBREVIVA E LUTE//

[JIELZA NARRANDO INVASÃO]

LOC: O DEPOIMENTO QUE VOCÊ OUVIU É DE UM VÍDEO GRAVADO EM VINTE E TRÊS DE JUNHO DO ANO PASSADO/ VÉSPERA DE SÃO JOÃO//

NESSE DIA/ O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL INFORMOU QUE RECEBEU VÍDEOS E ÁUDIOS/ COMO ESSE FEITO POR JIELZA/ DE INVASÃO À ÁREA POR PESSOAS QUE SE DIZEM DONAS DO TERRENO// AUTOS DE VERIFICAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL MOSTRAM QUE FORAM CONSTRUÍDAS CERCAS QUE IMPEDIRAM A PASSAGEM DE UMA ESTRADA QUE DÁ ACESSO À RODOVIA JOÃO BEBE ÁGUA E A UM LAGO//

SEGUNDO RELATOS COLHIDOS PELA PF/ HOUVE A PRESENÇA DE PESSOAS QUE SE APRESENTAVAM COMO POLICIAIS E PORTAVAM ARMAS// TAMBÉM FOI REGISTRADO O DERRUBAMENTO DE PLANTAÇÕES E DE CERCAS DOS OCUPANTES/ ALÉM DE AMEAÇAS///

[ENTREVISTA - MARTHA CARVALHO - ÁUDIO 01]

COMO SEMPRE ACONTECEU NESTA AÇÃO PÚBLICA DA CABRITA/ UMA AÇÃO TUMULTUADA POR INVESTIDAS SUCESSIVAS QUE ESSA COMUNIDADE ELA SOFRE AO LONGO DO PROCESSO//

LOC: ESSA É A PROCURADORA DA REPÚBLICA MARTHA FIGUEIREDO//

QUER DIZER/ ANTES DE INSTAURAR A AÇÃO CIVIL PÚBLICA NA JUSTIÇA FEDERAL/ COMO JÁ FOI RELATADO UMA SÉRIE DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS/ MAS O FATO DE QUE O JUDICIÁRIO ESTÁ OLHANDO PRA ESSA COMUNIDADE NO PROCESSO/ O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTÁ OLHANDO A DEFENSORIA PÚBLICA ESTÁ OLHANDO// ISSO POR SI SÓ NÃO É CAPAZ DE CESSAR INVESTIDAS QUE ESSAS COMUNIDADES SOFREM//

LOC: QUASE SEIS ANOS DA REINTEGRAÇÃO DE POSSE/ A JUSTIÇA FEDERAL DETERMINOU OUTRA REINTEGRAÇÃO DIANTE DESSES FATOS//

AGORA/ EM FAVOR DOS MORADORES// A DECISÃO É CONSIDERADA HISTÓRICA// SEGUNDO A PM/ PELA PRIMEIRA VEZ/ FOI CUMPRIDA UMA ORDEM EM FAVOR DE MOVIMENTOS SOCIAIS// A DATA DA REINTEGRAÇÃO FOI VINTE E OITO DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE/ COINCIDÊNCIA OU NÃO/ TAMBÉM/ EM UMA SEXTA-FEIRA//

[ENTREVISTA - MARTHA - ÁUDIO 02]

SEGUNDA DECISÃO DA TERCEIRA VARA FEDERAL/ ESSAS FAMÍLIAS ESTÃO MANTIDAS NA POSSE// EXISTE MAIS DE UMA DECISÃO VIGENTE NESSE PROCESSO QUE MANTÉM AS FAMÍLIAS NA POSSE DA ÁREA DA CABRITA// ENTÃO/ NÃO É POSSÍVEL SEM UMA ALTERAÇÃO DESSA DECISÃO RETIRAR AS FAMÍLIAS// ENTÃO/ ISSO SE CARACTERIZA ESBULHO POSSESSÓRIO// QUANDO A FAMÍLIA É RETIRADA DA ÁREA SE CARACTERIZA UM ESBULHO DA ÁREA// FOI O QUE NÓS NARRAMOS NO PROCESSO// ENTÃO/ POR ISSO/ QUE HOVE ESSA DECISÃO, DETERMINANDO A POLÍCIA MILITAR/ INCLUSIVE COM A PRESENÇA DA PREFEITURA DE SÃO CRISTÓVÃO/ QUE ESSAS FAMÍLIAS FOSSEM REINTEGRADAS E AS CERCAS DEVERIAM SER RECOLOCADAS NO LOCAL// E FOI O QUE FOI FEITO//

LOC: ESSE NÃO É O PRIMEIRO ATAQUE QUE AS FAMÍLIAS DA CABRITA SOFREM// SEGUNDO REPRESENTAÇÃO DE PARLAMENTARES LEVADA AO MPF/ POLICIAIS ENCAPUZADOS JÁ DESTRUÍRAM PLANTAÇÕES E DANIFICARAM CASAS PARA FORÇAR UMA SAÍDA DA ÁREA EM UMA MADRUGADA/ E JUIZ DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO FOI ACUSADO DE SACAR ARMA E CONDUZIR UM GRUPO DE OCUPANTES PARA DELEGACIA EM DOIS MIL E QUATRO// ELE SE DECLAROU SUSPEITO// O PROCESSO PRESCREVEU//

LOC: O PROCURADOR RAMIRO AFIRMA QUE A LISTA DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO CASO DA CABRITA É EXTENSA//

[ENTREVISTA - RAMIRO - ÁUDIO 03]

O PROCESSO SE PUDESSE RESUMIR O OBJETIVO DELE É A DEVOLUÇÃO A ESSAS FAMÍLIAS DOS SEUS DIREITOS HUMANOS ESSENCIAIS E EXISTENCIAIS QUE FORAM SIMPLEMENTE RETIRADOS DELA SEM O MÍNIMO MOTIVO E SEM A MÍNIMA RAZÃO/ DE FORMA TOTALMENTE INADEQUADA// ENTÃO/ A GRANDE VIOLAÇÃO/ REPITO/ QUE VIOLA O ACESSO À TERRA/ ACESSO À MORADIA/ À SAÚDE/ EDUCAÇÃO/ ÀS RELAÇÕES FAMILIARES/ AO TRABALHO/ AO SUSTENTO/ TUDO MAIS QUE A GENTE IMAGINAR/ DIREITO DAS CRIANÇAS/ DIREITO DE IDOSOS/ NÉ? É UM ABSURDO POR COMPLETO/ INACEITÁVEL//

LOC: O DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO GUSTAVO DANTAS AFIRMA QUE A COMUNIDADE DÁ UMA DESTINAÇÃO SOCIAL À TERRA// ELE NÃO MAIS ATUA NO PROCESSO DESDE QUE PASSOU A CORRER NA JUSTIÇA FEDERAL// AGORA/ A FUNÇÃO É DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO//

[ENTREVISTA - GUSTAVO - 02]

ELES TÃO LÁ AINDA/ NAQUELA MESMA CONDIÇÃO/ É UMA CONDIÇÃO PRECÁRIA// SÃO BARRACOS QUE ELES MORAM/ MAS TODOS ELES LÁ

PLANTAM E MORAM NO LOCAL// VOCÊ VAI LÁ/ VOCÊ VÊ A PLANTAÇÃO LÁ DE COENTRO/ DE COUVE/ DE MARACUJÁ/ MILHO E FEIJÃO// CÊ TEM UMA PLANTAÇÃO BEM DIVERSIFICADA/ UM USO DA TERRA// O USO REAL DA TERRA// ALI VOCÊ TEM UMA TERRA QUE ESTÁ CUMPRINDO A SUA FUNÇÃO//

LOC: ELE DIZ QUE É COMUM CHAMAREM AS PESSOAS DA OCUPAÇÃO DE INVASORAS E DE QUE ELAS NÃO MORAM NO LOCAL// SOBRE ISSO/ ELE TEM UM EPISÓDIO PARA CONTAR//

[ENTREVISTA - GUSTAVO - 02]

JÁ TEVE UM DIA QUE EU RECEBI UMA LIGAÇÃO: DOUTOR/ A GENTE PODIA IR CONVERSAR COM VOCÊ// EU JÁ TAVA SAINDO DO FÓRUM E/ DO CAMINHO DO FÓRUM PRA MINHA CASA/ EU PASSO PELA FRENTE LÁ/ EU JÁ TAVA NO CAMINHO/ AÍ EU FALEI/ PODE SIM// FALEI COM DONA JIELZA/ INCLUSIVE// A GENTE PODE IR AÍ NO GABINETE// EU FALEI: NÃO/ DONA JIELZA/ EU JÁ Tô NO CAMINHO/ EU VOU PARAR AÍ/ / AÍ ELA FICOU SUPER SURPRESA/ PORQUE NÃO É COMUM ALGUÉM DE UM ÓRGÃO PÚBLICO DÁ ESSA ATENÇÃO E SE OFERECER PRA FAZER SUA PRESENÇA LÁ// EU FALEI: NÃO/ NÃO TEM PROBLEMA NENHUM// EU VOU AÍ/ E AÍ, CHEGUEI LÁ E NÃO TEM ESSA DE QUE AS PESSOAS NÃO MORAM LÁ// EU CHEGUEI LÁ EM MENOS DE CINCO MINUTOS/ AS PESSOAS ESTAVAM LÁ/ COM SUAS PLANTAÇÕES/ A GENTE REUNIU/ CONVERSOU/ COMO SEMPRE//

LOC: JIELZA INTEGRA A COMISSÃO DA OCUPAÇÃO E A COORDENAÇÃO ESTADUAL DO MOTU/// DALVA CONTA QUE/ APESAR DO ENVOLVIMENTO COM AS QUESTÕES SOCIAIS/ ELA RESISTIA A SER CONSIDERADA UMA MILITANTE// ELA LEMBRA DE UMA FORMAÇÃO NO QUISSAMÃ/ EM NOSSA SENHORA DO SOCORRO/ QUE FICA NA REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU//

[ENTREVISTA - DALVA - 02]

ELA PASSOU POR UMA FORMAÇÃO DE TRÊS DIAS COM A GENTE/ TRABALHANDO/ COMENDO E DEBATENDO/ TRÊS DIAS JUNTOS// E AÍ GENTE CHAMOU ELA PRA CONVERSAR: DONA JIELZA/ A SENHORA É MILITANTE// ELA DIZIA NÃO/ PORQUE EU JÁ SOU VELHA/ PORQUE NÃO SEI/ PORQUE NÃO SEI O QUE/ PORQUE EU NÃO SEI O QUE// EU DISSE NÃO// A SENHORA TEM IDEOLOGIA/ TEM VONTADE DE MUDANÇA// AÍ DEPOIS ELA CHEGOU// TEVE UM DIA QUE ELA CHEGOU EM UMA REUNIÃO/ E FALOU PARA OUTRA PESSOA: EU PENSAVA ASSIM/ COMPANHEIRO/ ELA FALOU PRA OUTRA PESSOA// EU PENSAVA ASSIM/ COMPANHEIRO/ MAS AGORA EU SEI QUEM ESTAVA DO MEU LADO/ NA HORA QUE EU MAIS PRECISEI// ENTÃO/ NINGUÉM TIRA DE MIM O FATO DE EU SER PARTE DESSE MOVIMENTO/ PORQUE/ NA HORA QUE EU PRECISEI/ EU SEI QUE AS PESSOAS QUE TAVAM LÁ DO MEU LADO E ERAM AS PESSOAS DO MOVIMENTO// ISSO MARCOU MUITO ELA ASSUMIR QUE ELA ERA UMA MILITANTE//

LOC: HOJE/ ELA JÁ FALA COM MAIS TRANQUILIDADE//

[ENTREVISTA - JIELZA - ÁUDIO 13]

MAS HOJE EU VEJO QUE MESMO QUANDO A GENTE CONQUISTAR ALGO/ A GENTE AINDA PRECISA LUTAR// ENTÃO A GENTE AINDA PRECISA MILITAR POR UMA CAUSA E AINDA MAIS QUE HOJE EU JÁ SOU MILITANTE EM DEFESA DO SUS// HOJE EU SOU CONSELHEIRA DE SAÚDE/ ESTOU PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE///

[TRILHA - SLOWLY]

LOC: COM A PROJEÇÃO DA MILITÂNCIA/ JIELZA DISSE QUE JÁ RECEBEU CONVITES DE GRUPOS POLÍTICOS DA REDONDEZA PARA SE CANDIDATAR AO CARGO DE VEREADOR// ELA ATRIBUI AO CORTEJO A SUA ARTICULAÇÃO PARA FALAR NOS EVENTOS/ INCLUSIVE/ NO DIA DA NOSSA CONVERSA ELA SE PREPARAVA PARA DISCURSAR EM UM SOBRE MORADIA EM ARACAJU// ELA CONTOU QUE PENSA MUITO NO QUE VAI DIZER PORQUE NÃO GOSTA DE REPETIR FALAS DOS COLEGAS///

MAS VOLTANDO AO ASSUNTO DA POLÍTICA PARTIDÁRIA// ELA REJEITOU OS CONVITES// NÃO SE VÊ LÁ// ACHA QUE AS PESSOAS SE CORROMPEM NESSES ESPAÇOS// ALÉM DISSO/ ELA AFIRMOU QUE É MUITO CONVIDADA PARA PARTICIPAR DE EVENTOS/ COMO PALESTRAS E AUDIÊNCIA PÚBLICA/ MAS NÃO COBRA NEM ACEITA SER REMUNERADA/// ELA DIZ QUE SABE QUE A LUTA É UMA NECESSIDADE////

ONDE TEM NOVIDADE/ PERCEBI QUE DONA JIELZA GOSTA DE ESTAR A PAR// É ASSIM QUE ELA TEM SE EMPENHADO NAS REUNIÕES DE FORMAÇÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DA OCUPAÇÃO E EM UM PROJETO DE PRODUÇÃO DE DOCES// FALANDO NISSO/ APAIXONADA POR DOCES/ JIELZA É TAMBÉM CONHECIDA COMO GIGI DOCINHO///

NO DIA DA ENTREVISTA/ VÁRIAS VEZES FOI PRECISO INTERROMPER A GRAVAÇÃO: SEMPRE CHEGAVA UM INTEGRANTE DO ACAMPAMENTO PARA OLHAR A PLANTAÇÃO OU RESOLVER ALGUMA DEMANDA/ COMO A DA ENERGIA// UMA ROTINA COMUM///

[ENTREVISTA - DONA JIELZA - ÁUDIO 13]

SEMPRE ALGUÉM PROCURANDO: DONA JIELZA// ALGUÉM QUERENDO: VAMOS NOS ORGANIZAR PRA ISSO// E É ASSIM// EU QUASE NÃO CONSIGO FAZER// TEM DIAS QUE EU DIGO/ POXA/ HOJE EU SÓ VOU CUIDAR DO MEU LOTE// E AÍ COMEÇOU JUSTAMENTE A NÃO TER TEMPO DE PLANTAR PARA AS MINHAS COISINHAS// APESAR DE QUÊ/ QUEM PLANTA MAIS É MEUS FILHOS/ É UM VIZINHO QUE VEM CUIDAR/ PORQUE EU/ COM MINHAS CONDIÇÕES/ EU TENHO HÉRNIA DE DISCO/ TENHO ALGUMAS LIMITAÇÕES/ PEGAR NA ENXADA MESMO ASSIM/ MAS VOCÊ VÊ QUE MEU LOTE É PLANTADO/ NÉ?

LOC: O QUE JIELZA PLANTA OU CRIA É PARA A PRÓPRIA ALIMENTAÇÃO// DISSE QUE JÁ TENTOU VENDER OVOS DE CAPOEIRA/ MAS DESISTIU DIANTE DOS GASTOS COM RAÇÃO E VACINA PARA OS FRANGOS///

LOC: AO LONGO DE TRÊS HORAS DE CONVERSA/ ELA CITOU ARTIGO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL/ DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS/ ZUMBI DOS PALMARES/ DANDARA E ATÉ RUI BARBOSA// EMENDOU COM UMA REFLEXÃO CRÍTICA DO SÍMBOLO DA JUSTIÇA// EM UMA DE SUAS ANOTAÇÕES NO CADERNO/ AQUELE DO INÍCIO DO AUDIODOCUMENTÁRIO/ ELA ESCREVEU: CONFIO NA JUSTIÇA DE DEUS/ MAS CABE AO HOMEM TRAZER JUSTIÇA NA TERRA//

LOC: O ÁUDIO QUE VOCÊ VAI OUVIR É TRECHO DE VÍDEO// NELE/ JIELZA LÊ O TEXTO LAMENTO DO DESAPROPRIADO/ DE SUA AUTORIA/ PARA OCUPANTES DA RESISTÊNCIA DA CABRITA/// NESSA ÉPOCA/ ELES AINDA ESTAVAM NA RODOVIA JOÃO BEBE ÁGUA///

[DONA JIELZA - VÍDEO - FACEBOOK]

HÁ QUATRO ANOS/ DONA JIELZA VAI TENTANDO ACERTAR O COMPASSO ENTRE O SEU TEMPO E O DO PROCESSO// ENQUANTO A SENTENÇA QUE PODE MAIS UMA VEZ MUDAR A SUA HISTÓRIA NÃO SAÍ/ ELA CONTINUA/ COMO RESPONDE QUANDO A GENTE PERGUNTA SE ESTÁ BEM/ RESISTINDO E LUTANDO/ ASSIM COMO A JAQUEIRA/ SÍMBOLO DA LUTA// EXISTE/ POR TRÁS DO MOVIMENTO DELA DE FICAR/ UM ACREDITAR/ MESMO DESCONFIADO/ DE QUE A JUSTIÇA SERÁ FEITA//

[GREEN]

CHÃO PROVISÓRIO É UM TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE JORNALISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE/// ROTEIRO E LOCUÇÃO: ABEL SERAFIM/ ORIENTAÇÃO: GREICE SCHNEIDER/ CO-ORIENTAÇÃO: PAULO OLIVEIRA// EDIÇÃO DE ÁUDIO: LEANDRO SANTANA//

VOCÊ OUVIU ÁUDIOS DO PORTAL INFONET E DE ARQUIVO PESSOAL DE DONA JIELZA // AS TRILHAS E A MÚSICA CASTELO DE MADEIRA FORAM EXTRAÍDAS DA BBC E DO YOUTUBE///

AQUI TAMBÉM VAI UM AGRADECIMENTO ESPECIAL A TODOS QUE ME AJUDARAM NESSE TRABALHO/ COM ENTREVISTAS/ APOIOS/ CRÍTICAS E SUGESTÕES//

MUITO OBRIGADO// E ATÉ LOGO///

E PRA NÃO PERDER A GRAÇA: MANDEM PAUTAS///